

Raquel Corbetta Lopes

A LEITURA DA PAISAGEM DO CAMPECHE A PARTIR DOS
SEUS ATRIBUTOS PERCEPTIVOS E DA ABORDAGEM PELO
PLANO DIRETOR COMUNITÁRIO

Dissertação submetida ao Programa de
Pós Graduação em Urbanismo,
História e Arquitetura da Cidade da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Arquitetura, Urbanismo e
História da Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Sarkis
Yunes

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lopes, Raquel Corbetta

A LEITURA DA PAISAGEM DO CAMPECHE A PARTIR DOS
SEUS ATRIBUTOS PERCEPTIVOS E DA ABORDAGEM PELO
PLANO DIRETOR COMUNITÁRIO / Raquel Corbetta Lopes;
orientador, Gilberto Sarkis Yunes, 2014.

127 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis,
2014.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Arquitetura e
Urbanismo. 3. Paisagem. 4. Campeche. 5. Plano
Diretor Comunitário. I. Yunes, Gilberto Sarkis. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Raquel Corbetta Lopes

**A LEITURA DA PAISAGEM DO CAMPECHE A PARTIR DOS
SEUS ATRIBUTOS PERCEPTIVOS E DA ABORDAGEM
PELO PLANO DIRETOR COMUNITÁRIO**

Este Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2014.

Prof. Dr. Sérgio Torres Moraes
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Luiz Eduardo Fontoura
Teixeira
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Dr. Paulo Marcos Borges Rizzo
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Dr. José Tabacow
Avaliador Externo

Este trabalho é dedicado ao meu tio
Airton de Oliveira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família: minha mãe, Ana Catarina Corbetta, que é minha referência de vida e sempre me amou e me apoiou incondicionalmente nos momentos mais difíceis; meu irmão Ricardo Corbetta que prontamente me auxiliou durante a pesquisa e muito contribuiu no esclarecimento de dúvidas; meus irmãos Katya Corbetta, Guilherme Corbetta e Dalton Corbetta por estarem sempre presentes; ao meu pai Luciano José Corbetta por me educar e me ensinar o caminho das pedras; e à minha cunhada Luciane Baretta, por seu auxílio precioso e generosidade.

Também agradeço ao meu orientador, Gilberto Sarkis Yunes, por sempre me estimular no desenvolvimento deste trabalho e por acreditar na minha capacidade de superação. Agradeço por toda a leveza com a qual conduziu nossos encontros e por ser tão acolhedor nos momentos mais difíceis pelos quais passei no decorrer desta jornada.

Agradeço especialmente aos professores que fizeram parte da qualificação do trabalho, Alícia Castells, Nelson Popini Vaz, Paulo Marcos Borges Rizzo pelas recomendações e conselhos; e Prof. Dr. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira por participar desta etapa tão importante. Ao professor José Tabacow por aceitar prontamente o convite para participar da banca de defesa e por sua contribuição e estímulo no início deste trabalho.

Aos queridos, “mais novos melhores amigos de infância”, Adriana Diniz Baldissera, irmã postiça, e Felipe Corte Real, meu ruivo predileto, por todo o carinho, por todo o suporte, por toda a cumplicidade e amizade sincera. Certamente estava escrito e é para sempre.

À querida amiga e colega de trabalho, Eliane Veras da Veiga, pelo auxílio na pesquisa, por dedicar boa parte do seu tempo precioso me ouvindo e me aconselhando, por desde o primeiro momento confiar no meu trabalho permitindo compartilhar as aulas de história, e principalmente por sua amizade tão carinhosa e preciosa.

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”
(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a leitura da paisagem na Ilha de Santa Catarina através do estudo de caso do Campeche partindo da ideia da conexão entre o indivíduo e os produtos gerados por suas ações sobre o ambiente e a natureza. Para tanto, considerou-se duas leituras da paisagem: a primeira a partir de seus atributos perceptivos, realizada entre 2011 e 2013; e a segunda sob o olhar da comunidade local, expressa pelo plano diretor proposto pelo Núcleo Distrital do Campeche desenvolvido entre 1997 e 2009.

Busca-se apresentar as relações entre a paisagem, cultura e os produtos materiais e imateriais gerados pelo trabalho do homem sobre a natureza que fazem do Campeche, localizado na Ilha de Santa Catarina, um lugar com um acervo especial e exemplar.

Elegeram-se o Campeche para o estudo de caso por seu longo histórico de participação popular no processo de planejamento urbano que sugere a preocupação da comunidade com a manutenção das suas características genuínas na tentativa de preservar a identidade local e a bela paisagem.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo. Paisagem. Campeche. Plano Diretor Comunitário.

ABSTRACT

This work aims the landscape study in Santa Catarina Island through the Campeche case study, starting from the idea of a connection between the individual and the products generated by his actions on the environment and nature. To do so, it considers two readings of the landscape: the first one based on its perceptive attributes, performed between 2011 and 2013; And the second under the local community eyes, expressed by the master plan proposed by the Campeche District Nucleous developed between 1997 and 2009.

It seeks to present the relationship between landscape, culture and the material and immaterial products generated by the man works on the nature that do on Campeche, located on the Santa Catarina Island, a place with a special and exemplary collection.

It choses Campeche for the case study for its long popular participation history in the urban planning process that suggests the community's concern with maintaining the genuine characteristics in an attempt to preserve landscape local identity and the beautiful.

Keywords: Architecture and Urbanism. Landscape. Campeche. Community Master Plan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização: Brasil – Região Sul – Santa Catarina – Florianópolis – Campeche	46
Figura 2 - Delimitação da área de estudo.....	47
Figura 3 - Imagem geral da Planície do Campeche, contendo a área de estudo.....	70
Figura 4 - Vista aérea - Morro do Lampião.....	71
Figura 5 - Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe.....	72
Figura 6 - Vista a partir da praia do Campeche.....	73
Figura 7 - Vista aérea da Ilha do Campeche.....	73
Figura 8 - Lagoa Pequena com dunas, vegetação de restinga e ocupação ao fundo.....	74
Figura 9 - Vista aérea da Lagoa Pequena.....	75
Figura 10 - Lagoa da Chica – vegetação.....	76
Figura 11- Borda da Lagoa e ocupação adjacente.....	76
Figura 12 - Vista aérea da Lagoa da Chica – limite de ocupação definido por suas bordas.....	77
Figura 13 - Vista aérea – borda d’água.....	78
Figura 14 - Vista do mar a partir das dunas.....	78
Figura 15 - Vegetação de restinga na Lagoa Pequena.....	79
Figura 16 - Vegetação de restinga – dunas.....	80
Figura 17 - Vegetação de restinga – dunas.....	80
Figura 18 - Avanço da ocupação sobre as dunas – destruição da cobertura vegetal.....	81
Figura 19 - Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe com a Ilha do Campeche ao fundo.....	83
Figura 20 - Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe com a Ponte Hercílio Luz ao fundo.....	83
Figura 21 - Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe com o Campo de Aviação no primeiro plano e Morro do Lampião ao fundo.....	84
Figura 22 - Construções – barreira visual.....	85
Figura 23- Vista fragmentada – edifícios.....	85
Figura 24 - Visualização da Lagoa Pequena a partir da Avenida Campeche.....	86
Figura 25 - Visualização da Cobertura vegetal e mar ao fundo a partir da Avenida Campeche.....	86
Figura 26 - Vista a partir da Rua da Capela – massa vegetal densa.....	87
Figura 27 - Vista da Rua da Capela – condomínio com Morro do Lampião ao fundo.....	88
Figura 28 - Vista a partir da Rua da Capela – Morro do Lampião ao fundo.....	88
Figura 29 - Vista a partir da Rua da Capela – Igreja de São Sebastião do Campeche.....	89
Figura 30 - Vista da Lagoa Pequena com cobertura vegetal ao fundo.....	90
Figura 31 - Vista parcial da Lagoa Pequena e construções em seu entorno.....	90
Figura 32 - Trilha nas dunas com mosaico vegetal.....	91

Figura 33 - Praia, dunas, cobertura vegetal com a vista da Ilha do Campeche (à esquerda) e Morro do Matadeiro e Lagoinha do Leste (à direita).....	91
Figura 34 - Dunas, praia da Joaquina (à esquerda) e Ilha do Xavier (ao fundo).	92
Figura 35 - Vista a partir do pontal com a Ilha do Campeche ao centro.....	92
Figura 36 - Mirante do Morro do Lampião com vista para a Lagoa Pequena....	93
Figura 37 - Mirante do Morro do Lampião com vista para a Ilha do Campeche.	93
Figura 38 - Mirante do Morro do Lampião com vista para a ponte Hercílio Luz.	94
Figura 39 - Igreja de São Sebastião do Campeche.....	95
Figura 40 - Campo de Aviação.....	96
Figura 41 - Mapa síntese dos elementos da paisagem.	97
Figura 42 - Rio do Noca.	115
Figura 43 - Rio do Noca desaguando na praia. Ao fundo a Ilha do Campeche.	115
Figura 44 - Costão e Praia na Ilha do Campeche.....	118
Figura 45 - Inscrições rupestres Ilha do Campeche.	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOCAM – Associação de Moradores do Campeche
AER – Área de Exploração Rural
APP – Área de Preservação Permanente
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MCQV – Movimento Campeche Qualidade de Vida
UEP – Unidade Espacial de Planejamento
UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1.1 OBJETIVOS.....	21
1.1.1 Objetivo Geral.....	21
1.1.2 Objetivos Específicos.....	22
2 BASE TEÓRICA CONCEITUAL.....	23
2.1 PAISAGEM.....	23
2.2 LUGAR, ESPAÇO E TERRITÓRIO.....	29
2.3 PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR.....	37
2.3.1 Planejamento e gestão urbanos.....	37
2.3.2 A reforma urbana no Brasil.....	38
2.3.3 O Estatuto da Cidade e os novos Planos Diretores.....	40
2.4 UMA METODOLOGIA PARA A LEITURA DA PAISAGEM.....	43
3 ESTUDO DE CASO – CAMPECHE.....	45
3.1 LOCALIZAÇÃO.....	45
3.2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	46
3.3 MEIO-AMBIENTE.....	48
3.3.1 Características geomorfológicas.....	48
3.3.2 Recursos hídricos.....	48
3.3.3 Vegetação.....	50
3.4 UM BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO.....	50
3.5 O PLANEJAMENTO URBANO EM FLORIANÓPOLIS E O PLANO DIRETOR DO CAMPECHE.....	53
3.5.1 Os Planos Diretores do Município e o Campeche.....	53
3.5.2 Breve histórico do plano diretor comunitário.....	58
3.5.3 A mobilização popular e o plano diretor comunitário: uma contra ideologia ou uma nova ideologia local?.....	62
4 A LEITURA DA PAISAGEM.....	65
4.1 A LEITURA DA PAISAGEM NO CAMPECHE A PARTIR DOS SEUS ATRIBUTOS PERCEPTIVOS.....	68

4.1.1 Elementos Cênicos.....	70
4.1.2 Áreas de emergência visual.....	81
4.1.3 Fundos cênicos.....	89
4.1.4 Marcos históricos.....	94
4.2 O PLANO DIRETOR COMUNITÁRIO E SUA ABORDAGEM SOBRE A PAISAGEM.....	9
4.2.1 O “I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche” e o Dossiê Campeche.....	99
4.2.2 Síntese do “II Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche”.....	110
4.3 ELEMENTOS PROCEDENTES DAS LEITURAS DA PAISAGEM.....	13
4.3.1 Lagoa da Chica.....	113
4.3.2 Lagoa Pequena.....	114
4.3.3 Rio do Noca.....	114
4.3.4 Orla (praia, dunas e restinga).....	116
4.3.5 Ilha do Campeche.....	116
4.3.6 Morro do Lampião.....	119
4.3.7 Campo de Aviação.....	119
4.3.8 Igreja de São Sebastião do Campeche.....	119
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	125

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, apresentam-se algumas contribuições teórico-conceituais que servem de base para o desenvolvimento do trabalho: são definidos os conceitos de paisagem, lugar, espaço e território; e são abordadas questões relativas ao desenvolvimento urbano e legislação que tornam possíveis a compreensão do objeto de estudo e a área adotada no estudo de caso. Além disso, é exposto o sistema de leitura da paisagem adotado no trabalho a partir da obra de Raquel Tardin (2008) que propõe a percepção da paisagem como um recurso projetual através da análise e avaliação dos atributos perceptivos dos espaços livres buscando a identificação das características mais genuínas dos elementos físicos que compõem os espaços e podem ser percebidos como parte da identidade visual do lugar.

A seguir, apresentam-se os aspectos relevantes para o estudo de caso - Campeche: sua localização, a delimitação da área de estudo (características geomorfológicas, recursos hídricos, vegetação) o histórico de ocupação e as origens do Plano Diretor proposto pelo Núcleo Distrital do Campeche a partir da repercussão gerada pelo planejamento urbano para a área proposta pela municipalidade.

Logo após são confrontados os temas referentes ao domínio do estudo de caso apresentando a leitura da paisagem do Campeche a partir dos seus atributos perceptivos e a preocupação existente em preservar a paisagem expressa pela comunidade através do plano diretor proposto desenvolvido entre 2007 e 2009 e os elementos da paisagem procedentes das duas leituras.

Por fim são sintetizados pontos fundamentais do estudo e avaliadas as relações existentes entre o que foi proposto pela comunidade no que se refere à preservação da paisagem no Campeche e a paisagem atual deste lugar resultante da interação entre o homem e o meio-ambiente.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Realizar a leitura da paisagem no Campeche a partir de seus atributos perceptivos e sob o olhar da comunidade local, expressa pelo plano diretor proposto pelo Núcleo Distrital do Campeche desenvolvido entre 1997 e 2009.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Pesquisar referenciais teórico-conceituais sobre paisagem, lugar, espaço, território, planejamento urbano, estatuto da cidade e plano diretor;
- Compreender os atributos perceptivos do espaço, propostos por Raquel Tardin, para utilizá-los na leitura e análise da paisagem;
- Delimitar a área de estudo;
- Conhecer as origens da mobilização popular no Campeche e sua contribuição para o estudo da paisagem local;
- Realizar a leitura da paisagem no Campeche utilizando a análise dos atributos perceptivos;
- Elaborar o mapa síntese dos elementos da paisagem presentes na área de estudo;
- Analisar o conteúdo apresentado pela comunidade do Campeche na forma do “Dossiê Campeche” e sua abordagem sobre os elementos da paisagem;
- Elencar os elementos provenientes das duas leituras da paisagem

2 BASE TEÓRICA CONCEITUAL

Este capítulo apresenta algumas contribuições teórico-conceituais que servem como base para o desenvolvimento do trabalho.

Em primeiro lugar, são definidos os conceitos de paisagem, lugar, espaço e território quem tornam possíveis a compreensão do objeto de estudo e a área adotada no estudo de caso.

Posteriormente é apresentado o sistema de leitura da paisagem adotado no trabalho a partir da obra de Raquel Tardin (2008) que propõe a percepção da paisagem como um recurso projetual através da análise e avaliação dos atributos perceptivos dos espaços livres buscando a identificação das características mais genuínas dos elementos físicos que compõem os espaços e podem ser percebidos como parte da identidade visual do lugar, sendo assim merecedores de conservação.

2.1 PAISAGEM

O tema paisagem é frequentemente discutido em diversos campos de estudo: geografia, arquitetura, urbanismo, paisagismo e arte. Cada vez mais, ocupa um importante papel nos estudos sobre impacto ambiental, planejamento urbano e regional e propostas de legislação que visam a preservação do meio ambiente e a elaboração de estratégias para a prática de gestão do ambiente.

“A paisagem, além do ambiente físico, sugere uma série de ideias, pensamentos, sensações e sentimentos a partir de um lugar que tem características próprias, criando a **identidade do espaço**. Muitas vezes o conceito de paisagem pode parecer um pouco abstrato, porque varia de acordo com as circunstâncias, com as variantes da percepção dos sentidos e de ocasiões diferentes, que também variam para cada pessoa. Existem múltiplos olhares para uma mesma paisagem.” (ANDRADE, 2008, p.21, grifo nosso)

Lynch (1997, p.05) em sua obra afirma que, “No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação”.

Além disso, Lynch (1997, p.143, grifo nosso) menciona que, “A paisagem também desempenha um papel social. **O ambiente conhecido**

por seus nomes e familiar a todos¹ oferece material para as lembranças e símbolos comuns que unem o grupo e permitem que seus membros se comuniquem entre si [...]”.

“A compreensão do mundo como paisagem, como uma entidade de prazer intelectual, aparece como uma meta que percorre uma longa jornada junto a outras experiências culturais. A análise e conhecimento destas e de outras experiências são necessárias, pois ajudam a compreender o verdadeiro conceito de paisagem”.² (MADERUELO, 2006, p.12. tradução nossa)

Maderuelo (2006, p.37, tradução nossa) aponta ainda a “a existência de elementos físicos como montanhas, vales, florestas, rios, campos, assentamentos humanos ou rebanhos de animais, que são mensuráveis e quantificáveis e como tais, podem ser objetos de narrativas literárias e catalogação científica ou podem ser descritos e registrados em documentos [...] estes elementos, entre outros, constituem o ‘substrato físico’ do que entendemos por paisagem”. Frente a estas colocações, podemos supor que são estes elementos que caracterizam o “lugar” e é através deles que o homem materializa a transformação da paisagem.

Dentro desta lógica, podemos considerar que a paisagem é evocada a partir de sua estrutura física e esta, é composta por elementos materiais naturais e artificiais³ e elementos imateriais⁴. Estes elementos dão caráter ao lugar e auxiliam na leitura do espaço e na formação da identidade do lugar.

¹ Aqui, é importante mencionar que quando falamos de um “ambiente conhecido por seus nomes e familiar a todos” estamos abordando outro conceito chave para o desenvolvimento do trabalho que é o “lugar”. Mais adiante, este conceito será retomado.

² “*La comprensión del mundo como paisaje, como entidad de disfrute intelectual, aparece así como una meta que tuvo un largo periplo que recorrer unida a otras experiencias culturales. El análisis y el conocimiento es estas otras experiencias son necesarios porque ayudan a la comprensión del concepto pleno de paisaje.*” (MADERUELO, 2006, p.12)

³ Podemos considerar paisagem natural àquela composta por elementos naturais, ou seja, onde a natureza encontra-se intocada; e a paisagem artificializada, àquela que é fruto da ação do homem sobre a natureza.

⁴ Os elementos imateriais são àqueles, geralmente associados à construção histórica e à cultura local e estão diretamente relacionados às lembranças e símbolos comuns que unem o grupo e permitem que seus membros se comuniquem entre si (identidade).

“Entender e viver a paisagem de um lugar é incluir-se no processo cultural de sua formação. A ideia de identidade e de patrimônio passa a ser elemento de conexão entre o indivíduo e os produtos gerados por suas ações sobre o ambiente e a natureza”. (YUNES e CORBETTA, 2011).

Los valores que ha conformado nuestra cultura consumista nos han conducido a una ‘cosificación’ del paisaje; sin embargo, el paisaje no es una cosa, no es un objeto grande ni un conjunto de objetos configurados por la naturaleza o transformados por la acción humana. El paisaje tampoco es la naturaleza ni siquiera el medio físico que nos rodea o sobre el que nos situamos. El paisaje es un constructo, una elaboración mental que los hombres realizamos a través de los fenómenos de la cultura. El paisaje, entendido como fenómeno cultural, es una convención que varía de una cultura a otra [...]. (MADERUELO, 2006, p.17).

Esta coisificação da paisagem é observada em Florianópolis, que é conhecida por sua natureza exuberante, onde as paisagens compõem um verdadeiro “cartão postal” e assim, passam a ter um valor maior ou menor dependendo do lugar onde se situam e das suas características não só naturais, mas principalmente àquelas relacionadas ao processo de ocupação e ao ambiente gerado em consequência dele. Vendem-se paisagens, fragmentos da natureza, vendem-se imagens de um lugar e assim, a beleza acaba por assim dizer, virando um “negócio” ou mercadoria.

O Campeche com características ímpares é privilegiadamente dotado de símbolos imagéticos, associados às suas belezas naturais, ao patrimônio histórico e à sua singularidade cultural.

Partindo desta visão, “a proposição segundo a qual a noção de paisagem e a sua realidade captada são de fato uma invenção – um objeto cultural sedimentado, tendo a sua função própria, que é a de garantir permanentemente os quadros da percepção do tempo e do espaço” (CAUQUELIN, 2008, p.10), da mesma maneira, a paisagem é “acumulação dos tempos” (SANTOS, 1977, p.38). “A paisagem é composta de atualidades de hoje e do passado”. (SANTOS, 1977, p.41)

Assim, a leitura da paisagem pressupõe um observador já que:

“a ideia de paisagem não se encontra no objeto contemplado, mas no olhar de quem vê. Não é o que está à sua frente, mas o que você enxerga. Mas o olhar requer, por sua vez, um treinamento para se contemplar. A contemplação da paisagem, do ponto de vista da arte, deve ser estético, desinteressado. Assim, a paisagem é o resultado de contemplação que é exercido sem qualquer propósito ou fim lucrativo, mas pelo simples prazer de se ver. Ao viajar de um país para outro são percebidas diferenças entre os ambientes. O termo paisagem se origina da observação dessas diferenças que se define como o conjunto de traços característicos de um país que é observado quando comparado a outros lugares ou países.” (MADERUELO, 2006, p.38, tradução nossa).

A partir daí, consideramos duas formas de leitura da paisagem: aquela que considera a percepção visual, que está relacionada simplesmente ao seu caráter estético e contemplativo a partir da qual é possível avaliar a qualidade visual do espaço. E a segunda forma de leitura que está relacionada às lembranças, experiências e vivência do lugar, ou seja, ao caráter simbólico e ao papel social da paisagem.

Retornando às origens do termo, Maderuelo (2006, p.24, tradução nossa) aponta que o conceito em questão tem duas raízes linguísticas diferentes: uma germânica que dará origem aos termos *landschaft* (alemão), *landskip* (holandês) e *landscape* (inglês); e um latina, que origina as palavras *paesaggio* (italiano), *paysage* (francês), paisagem (português) e *paisaje* (espanhol). Estas duas raízes denotam não apenas uma construção gramatical diferente, provenientes de hábitos linguísticos diferentes (países do norte e do sul da Europa), correspondem também a dois modos diferentes de entender, ver e representar o mundo. Isso enfatiza que a paisagem é um fenômeno que varia de cultura para cultura.

Ainda de acordo com Maderuelo (2006, p.24, tradução nossa) o termo *Landschaft* até o Renascimento, significava apenas “região” ou “província”. *Lantschaft* referia-se a uma área geográfica definida por limites políticos. No final do século XV, as terras situadas em torno de uma aldeia eram chamadas *Landschaft*, um significado que sobrevive ainda em alguns lugares [...]. Portanto, o significado moderno deste termo surgiu, não por meio de uma transformação na sua grafia, mas uma mudança no seu significado.

“O termo inglês *land* significa terra, entendida como uma parte sólida da superfície terrestre como terra ou terra natal, e no plural significa "imóveis". De certa forma, este termo está relacionado à ideia de propriedade de terra. Com o tempo, este sentido é ampliado para a ideia de país, de domínio, área ou reino, conforme esses conceitos são reforçados. O sufixo *scape* é uma derivação do termo *shape*, (forma) no sentido de contorno (não estrutura) e também pode ser interpretado como "aparência" ou "modelo". A contração desses termos, *land* e *scape* para construção de uma nova palavra nos traria a ideia de "aspecto de um território" ou as características que o definem como um modelo, como um país”. (MADERUELO, 2006, p.24-25, tradução nossa).

O autor afirma ainda que:

“entre as línguas latinas, o primeiro idioma em que se estabelece o termo para denominar um território e a especificidade de seus pontos de vista é o italiano, onde são gerados os termos *paese* e, por derivação, *paesetto* e *paesaggio*, com o mesmo sentido que tem as palavras francesas *pays* e *paysage*. Em *Vocabolario Toscano dell’Arte del Disegno*, de Filippo Baldinucci, publicado em 1681, o termo *paese* está bem definido na sua forma plural para referir-se às paisagens”.⁵

“Como sabemos, estas línguas vem do latim, de modo que para compreender a evolução do termo é necessário saber a origem desta raiz comum da qual derivam também as palavras paisano, *paisanaj*, entre outras. Encontramos esta raiz latina no termo *pagus* cuja tradução é vila ou distrito, e *paganus* para denominar o aldeão, o rústico, aquele que pertence à aldeia ou ao campo. De *paganus* também surge o termo paisano no sentido daquele que não é militar. A derivação

⁵ «Paesi. Appresso i Pittori sono quella sorta di pittura, Che rapresentano campagne aperte, com alberi, fiumi, monti, e piani, & altre cose de campagna e villaggio», em Filippo Baldinucci, *Vocabolario Toscano dell’Arte Del Disegno...*, *Accademici della Crvsca, Florencia, 1681, p.116. facsímil: S.P.E.S., Florencia, s.a. [1981].*

latina de *pagus* é *pago*. Referindo-se às coisas do campo e da vida rural. *Pago*, com a sua forma latina inalterada, é uma palavra que aparece em documentos espanhóis desde 1100 e que ainda permanece para se referir a um terreno ou propriedade, especialmente quando se trata de vinhas ou olivais. Mas, ao longo do tempo, o termo *pago*, como expressão da ideia de lugar deu espaço à palavra *país*, que expressa a ideia de região, província ou território e que, juntamente à nação, são os significados que atualmente tem o termo *país*.” (MADERUELO, 2006, p.25, tradução nossa).

Frente a estas colocações acerca do termo, consideramos que a paisagem enquanto ideia que representa o ambiente - o meio físico é algo externo (percepção e qualidade visual, valor estético), enquanto construção cultural é algo intrínseco ao indivíduo (valor simbólico, vivência, identidade local), já que não há paisagem sem interpretação. Esta, por sua vez, está relacionada com a capacidade de reconhecermos, identificarmos, pensarmos de acordo com o modo que aprendemos a ver o mundo a nossa volta (com ou sem vínculo afetivo).

Outra questão importante a ser abordada, já que entendemos que a paisagem pressupõe a intervenção humana⁶, é o interesse gerado na população, através do turismo e as possibilidades de conhecer lugares distantes, só vislumbrados através da imagem “divulgada” de um lugar.

Quando se fala sobre Florianópolis, a imagem mental criada está associada à sua natureza exuberante e à simplicidade e receptividade do seu povo, logo fica fácil se vislumbrar o cenário que irá encontrar.

Seguindo este pressuposto, entendemos que este potencial turístico da Ilha de Santa Catarina está diretamente vinculado ao seu patrimônio paisagístico – incluem-se aqui os belos cenários e mirantes naturais assim como toda a sua riqueza cultural (tradição pesqueira, os engenhos de farinha e cachaça, a renda de bilro e, mais recentemente, o cultivo de moluscos marinhos) – que por sua vez desenvolvem uma importante função de interesse comum (sociedade). Protegendo, planejando e administrando de modo adequado este patrimônio é

⁶ Falamos de intervenção humana considerando o homem no papel de observador (o conceito de paisagem adotado pressupõe o sujeito) e também o homem enquanto agente modelador do espaço. Neste caso, a relação homem + espaço nos leva a outro conceito chave que é o “lugar” que será abordado adiante.

possível que ele tenha um importante papel na geração de emprego e renda para a comunidade local e na sua preservação.

É evidente que, se optarmos pela manutenção do planejamento municipal nos moldes atuais, cujas leis são elaboradas desconsiderando a realidade do lugar e cujos instrumentos de fiscalização são falhos e não impedem o crescimento desordenado, acabaremos promovendo “a morte da galinha dos ovos de ouro, um claro processo de exploração autofágica de um recurso, cuja simples concretização elimina as razões e benefícios de sua própria ocorrência”. (TABACOW apud CHAMAS, 1999).

2.2 LUGAR, ESPAÇO E TERRITÓRIO

Para compreender o significado da paisagem e delimitar a área de estudo, torna-se primordial a compreensão de outros conceitos relacionados ao tema em questão.

Para compreender o conceito de “lugar” partimos da fenomenologia, definida inicialmente por Edmund Husserl (1859-1938) e entendida por Norberg-Schulz (1976) como um “método” que exige um “‘retorno às coisas’, em oposição às abstrações e construções mentais”. Mais adiante, nos apoiamos em Marcelo Lopes de Souza que nos fornece subsídios para compreender a relação entre lugar, espaço e território.

A fenomenologia aplicada à arquitetura é entendida como a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos. A ideia remete a antiga noção romana do *genius loci*, (espírito do lugar). Para o conceito de habitar significa estar em paz num lugar protegido. Assim, para Norberg-Schulz, a demarcação (diferenciação) de um lugar no espaço significa a verdadeira origem da arquitetura.

Norberg-Schulz aponta que “atos e acontecimentos têm lugar” e que “não faz sentido imaginar um acontecimento sem referência a uma localização”. Para o autor, uma totalidade constituída de coisas concretas (materializadas em forma, textura e cor) determina uma “qualidade ambiental” que é a que é a essência do lugar.

Além disso,

“os elementos do ambiente criado pelo homem são, em primeiro lugar, todos os ‘assentamentos’ de diferentes escalas, das casas às fazendas, das aldeias às cidades e, em segundo lugar, os

‘caminhos’ que os conectam, além dos diversos elementos que transformam a natureza em ‘paisagem cultural’. [...] As construções trazem a terra, como paisagem habitada, para o homem. Logo, a propriedade básica dos lugares criados pelo homem é a concentração e o cercamento. Os lugares são literalmente ‘interiores’, o que significa dizer que ‘reúnem’ o que é conhecido”. (NORBERG-SCHULZ, 1979).

Em outra análise importante realizada sobre o fenômeno do lugar, Norberg-Schulz classificada “paisagem” e “assentamento” como estrutura do lugar e sugere a análise por categorias como “espaço” e “caráter”. Para ele, enquanto espaço indica a organização tridimensional dos elementos que formam um lugar, o “caráter” denota a “atmosfera” geral que é a propriedade mais abrangente de um lugar.

O autor afirma ainda que o conceito de “espaço” não é novo na teoria da arquitetura, mas pode ter muitos significados e passa a elencar outros autores para respaldar sua abordagem:

“Kevin Lynch (1960), investiga mais a fundo a estrutura do espaço concreto, introduzindo os conceitos de nós, caminhos, limites, marcos e setores para indicar os elementos que embasam a orientação das pessoas no espaço. Paolo Portoghesi (1975) define o espaço como um “sistema de lugares”, o que dá a entender que o conceito tem raízes em situações concretas, embora possam ser descritos por métodos matemáticos. Esta concepção é compatível com a afirmação de Heidegger (1957) de que “os espaços recebem sua essência dos lugares e não ‘do espaço’”. Enquanto as paisagens se diferenciam por terem extensões variáveis, mas basicamente contínuas, os assentamentos são entidades muradas entre fronteiras. Portanto assentamentos e paisagem mantêm entre si uma relação de figura-fundo. De modo geral, tudo o que fica encerrado se manifesta como “figura” contra o vasto fundo da paisagem. O povoamento perde sua identidade quando tal relação se corrompe, da mesma forma como a paisagem perde sua identidade de ampla extensão. Em um contexto maior, tudo o que fica encerrado se torna

um centro que pode exercer a função de “foco” para seu entorno. O espaço se estende a partir do centro com graus variáveis de continuidade (ritmo) e em diferentes direções. [...] Portanto, centralização, direção e ritmo são importantes propriedades do espaço concreto”.

Na concepção de Norberg-Schulz, “caráter” é um conceito mais geral e concreto do que “espaço”. Por um lado ele indica uma atmosfera geral e abrangente e, por outro, a forma e a substância concreta dos elementos que definem o espaço. [...] geralmente, todos os lugares possuem um caráter, e que essa qualidade peculiar é a maneira básica como o mundo nos é “dado”.

Assim, a concepção de lugar (país, região, paisagem, assentamento, construção) pode ser dotada de uma escala gradual de níveis ambientais que diminui gradativamente, onde os lugares naturais mais abrangentes, “contém” os lugares criados pelo homem em níveis inferiores. Estes, por sua vez, funcionam como núcleos que reúnem e focalizam seu entorno. Citando Norberg-Schulz, “o homem ‘recebe’ o ambiente e faz convergir para ele as construções e as coisas. Desse modo, as coisas ‘explicam’ o ambiente e evidenciam o seu caráter”.

“Os lugares construídos pelo homem se relacionam com a natureza de três formas básicas. Em primeiro lugar, o homem deseja fazer a estrutura natural mais exata. Isto é, ele quer visualizar seu “modo de entender” a natureza, dando “expressão” à base de apoio existencial que conquistou. Para tanto ele constrói o que viu: onde a natureza insinua um espaço delimitado, constrói uma área fechada; onde a natureza se mostra “centralizada”, ele erige um marco, onde a natureza indica uma direção, ele faz um caminho. Em segundo lugar, o homem tem de simbolizar seu modo de entender a natureza (inclusive ele mesmo). A simbolização implica “traduzir” para outro meio um significado experimentado. Por exemplo, um determinado caráter natural é traduzido em uma construção cujas propriedades de algum modo o exprimem. O objetivo da simbolização é libertar o significado da situação imediata, por meio do que se torna um “objeto cultural”, que pode fazer parte de uma situação

mais complexa ou transferir-se para outro lugar. Finalmente, o homem precisa reunir os significados aprendidos por experiência a fim de criar para si mesmo uma *imago mundi* ou um microcosmo⁷, que dê concretude a esse mundo. A reunião desses significados depende, é claro, da simbolização e pressupõe uma transposição de sentidos para um lugar, que por isso assume o caráter de um “centro” existencial”. (NORBERG-SCHULZ, 1979).

Ainda de acordo com o autor, “O propósito existencial do construir (arquitetura) é fazer um sítio tornar-se um lugar, isso é revelar os significados presentes de modo latente no ambiente dado”. (NORBERG-SCHULZ, 1979).

Retomando o conceito romano *genius loci*. Por definição, *genius* denota o que uma coisa é. Os homens da antiguidade reconheciam a importância de estar em sintonia com o *genius* do lugar onde viviam, pois sabiam que sua sobrevivência dependia disso.

Norberg-Schulz em seu texto cita Lawrence Durrell (1960): “À medida que você vai conhecendo a Europa, saboreando lentamente seus vinhos, queijos e as qualidades peculiares dos diferentes países, começa a perceber que o determinante mais importante de qualquer cultura é, no fim de tudo, o espírito do lugar”.

Esta colocação indica o grande interesse que as pessoas demonstram em experimentar diferentes lugares e assim, evidencia a importância da preservação da cultura local no desenvolvimento turístico de um lugar.

Retomando a distinção entre “espaço” e “caráter”, Norberg-Schulz afirma que “Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental”. O autor denomina “orientação” e “identificação” as duas funções psicológicas implicadas nessa condição e afirma que o homem deve ser capaz de orientar-se, de saber onde está. Mas ele também tem de identificar-se com o ambiente, isto é, tem de saber como está em determinado lugar.

Retomando novamente a obra de Kevin Lynch:

⁷ Referem-se à interpretação do mundo de forma subjetiva através de imagens ou elementos que representam uma forma simbólica a partir de suas experiências pessoais.

A percepção ambiental pode ser analisada segundo três componentes: estrutura, identidade e significado.

- A identificação de um objeto implica na sua distinção em relação a outras coisas, seu reconhecimento como uma entidade separada, ou seja, sua identidade (Individualidade, particularidade).
- A imagem do meio ambiente deve incluir a relação do objeto com o observador e com os outros objetos, o que Lynch chamou de estrutura. Podemos considerar a relação entre o objeto junto ao seu contexto imediato na paisagem artificial (construída) ou natural.
- O objeto tem de ter para o observador um significado quer prático, quer emocional. O significado está intimamente ligado à sua identidade e seu papel dentro de uma estrutura mais ampla.

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental do mundo exterior que o indivíduo retém. A partir das estruturas espaciais, o observador seria bem orientado e poder-se-ia mover facilmente “conferindo ao indivíduo uma importante sensação de segurança emocional”. Quando o “sistema de orientação” é frágil, impossibilita o observador de formar a imagem mental e ele se sente “perdido”. E, a sensação de “estar perdido” é oposta ao sentimento de segurança que caracteriza o habitar. Lynch define “imagibilidade” como a qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador e ressalta que os elementos componentes da estrutura espacial são “coisas” concretas, dotadas de “caráter” e de “significado”.

Souza (2006, p. 320) aborda a questão denominada “formas espaciais”, o que Lynch trata como “estrutura”: “Uma vez produzidas assim ou assado, para atender a tal ou a qual finalidade, as formas espaciais facilitarão certas atividades e dificultarão ou mesmo impedirão outras tantas. Colocando a questão para além da leitura um tanto instrumental de ‘facilitar’ ou ‘dificultar’ ações, a influência das formas espaciais do substrato, mediada pelas imagens e representações socialmente produzidas sobre cada espaço, pode exercer-se como condicionamento de mentalidades, comportamentos e hábitos”.

Segundo Norberg-Schulz (1979), a concretização do *genius loci* ocorre através de “construções que reúnem as propriedades do lugar e as aproximam do homem. Logo, o ato fundamental da arquitetura é compreender a ‘vocalização’ do lugar. [...] o homem é parte integrante do ambiente e ele somente contribui para a alienação e ruptura do ambiente

quando se esquece disso. Pertencer a um lugar quer dizer ter uma base de apoio existencial em um sentido cotidiano concreto”.

Para compreender a relação entre lugar, espaço e território, trazemos para o debate Marcelo Lopes de Souza.

De acordo com Souza (2006, p. 331), “Território e lugar são termos que, nas ciências sociais, têm por trás de si, cada um deles, conceitos e noções díspares, conflitantes mesmo. Não há, como sói acontecer nas ciências que se ocupam da sociedade, consenso absoluto”.

Souza (2006, p. 331), afirma que para muitos, o vocábulo território é, ainda hoje, quase que sinônimo de espaço geográfico. Ainda que não lhes escape a vinculação tradicionalíssima entre essa palavra e o discurso político do Estado-nação (“território nacional”) muitos e mesmo geógrafos e cientistas políticos, usam o termo um tanto quanto descuidadamente, ou não extraem todas as consequências em matéria de depuração e refinamento conceitual. Neste livro, como em trabalhos anteriores do autor, o território “é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA apud SOUZA, 1995, p.78).

“Quando se fala em território, o que está em jogo é, acima de tudo, a junção dos conceitos de espaço e poder. Mesmo assinalando que a questão primordial é ‘quem domina, governa ou influencia e como domina, governa ou influencia este espaço?’ (SOUZA, 1995a:78-9), a dominação e o governo, aqui, não devem ser associados exclusivamente à violência e à força bélica, mesmo que eles não estejam ausentes como fatores de manutenção do poder. (...) Uma vez que o espaço territorializado é, em última análise, um instrumento de exercício de poder, a questão anterior traz embutida, latente, esta outra, que a precisa: quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?”

“As razões específicas para se desejar territorializar um espaço e manter o controle sobre ele são várias, sempre ligadas ao **substrato espacial**⁸ em seu sentido material e,

⁸ Segundo o autor, o substrato espacial é a faceta material do espaço socialmente produzido, o espaço tangível. As formas espaciais correspondem à maneira como o substrato espacial se acha modelado e organizado. Elas refletem as relações sociais em suas diversas dimensões: cultura (universo de

eventualmente, também aos significados atribuídos às formas espaciais: as características geocológicas e, em particular, os recursos naturais de uma certa área; o que se produz ou quem produz em um dado espaço; as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço ou objetos geográficos específicos (um santuário, por exemplo). Não se pretende negar, em absoluto, que esses aspectos possam ser de vital importância para que se compreenda a gênese de um território ou as razões do interesse por apossar-se de um espaço ou mantê-lo. Contudo, o território não deve, por conta disso, ser simplesmente confundido com o substrato espacial material que serve de referência para a sua territorialização. Os territórios não são “coisas”, matéria tangível, e sim “campos de força” (SOUZA, 1995a:97) que só existem enquanto duram as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas. O verdadeiro Leitmotiv do conceito de território é político, e não ecológico, econômico ou, como ocorre com o conceito de “lugar”, cultural-simbólico”. (SOUZA, 2006, p. 335, grifo nosso)

De acordo com SOUZA (2006, p. 343), se todo “lugar” é um espaço social, nem todo espaço social é um “lugar”, ao menos em sentido forte: o espaço social é aquele espaço produzido socialmente, fruto da transformação e apropriação da natureza, ao passo que um “lugar” é um espaço dotado de significado, um espaço vivido, em relação ao qual se nutre uma “topofilia⁹” (TUAN, 1980).

“Mais exatamente, os ‘lugares’ são as imagens espaciais em si mesmas. Analogamente aos territórios, os ‘lugares’ não devem ser assimilados ao substrato espacial material. Tão pouco quanto os territórios são eles “coisas”, e à semelhança destes só existem enquanto duram as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas. Só existem pela e na ‘topofilia’”.

valores, crenças e hábitos compartilhados), relações econômicas, relações de poder... (SOUZA, 2006, p. 319)

⁹ “A palavra ‘topofilia’ é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.” TUAN, Yi-Fu (1980[1974]). *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL.

O autor continua e esclarece:

“É lógico que, na prática, os espaços nos quais pensamos quase sempre “são” lugares, por serem dotados de significado e se conectarem a um “sentido de lugar” (*sense of place*): “lar”, igreja, escola, bairro, “meu pedaço”, “cidade natal”, região... Isso não impede, porém, a existência de recortes ou divisões espaciais segundo critérios “objetivos”, espaços definidos por especialistas e planejadores a serviço do Estado que não apenas podem ser “artificiais”, por não gerarem empatia naqueles que deverão ser seus usuários, como também podem vir a ser, até mesmo, estorvos e fatores de fricção, por desprezarem identidades sócio-espaciais construídas ao longo de gerações”. (SOUZA, 2006, p. 343).

SOUZA (2006, p.320) cita Lynch: “Um urbanista como Kevin Lynch, ao discutir a “dimensão de performance” controle em seu livro sobre a “boa forma urbana” (LYNCH, 1994), deu uma eminente contribuição teórico-conceitual e metodológica, mas sem relação direta com a presente preocupação com os “espaços de participação popular” e os “espaços de autonomia”.

Quando Souza denomina território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78), e traz Lynch para o debate a partir da sua “dimensão de performance controle”¹⁰ ele permite que comecemos a refletir sobre os atores envolvidos no processo de transformação da paisagem. Além disso, abre espaço para a discussão sobre o planejamento urbano e a participação popular ao supor que os espaços definidos por especialistas e planejadores a serviço do Estado nem sempre respeitam as “identidades sócio espaciais construídas ao longo de gerações”, ou seja, o *genius loci*.

Este fenômeno pode ser considerado no estudo de caso. A transformação da paisagem ocorrida no Campeche aponta para um planejamento que não resguarda as características do lugar e o modo de vida da população local. Além da ineficiência dos instrumentos de

¹⁰ Kevin Lynch sugere cinco medidas básicas de “dimensões de performance” [desempenho] para a forma espacial da cidade. Uma delas, Controle, mede o grau em que o uso e acesso a espaços e atividades são controladas por aqueles que usam, trabalham ou residem [na cidade].

planejamento, ainda há a falta de fiscalização que acabam por contribuir para o processo de urbanização desordenado que ocorre na região.

2.3 PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR

2.3.1 Planejamento e gestão urbanos

O termo gestão começa a ser utilizado no Brasil, quando o termo planejamento passa a ser desacreditado e “associado a práticas maléficas e autoritárias na esteira da ‘crise do planejamento (urbano e regional)’ que inicialmente em um plano ideológico, chegou ao Brasil nos anos 80 (sob influência das críticas de corte marxista iniciadas na Europa e nos EUA nos anos 70)” (SOUZA, 2004, p.45). Assim, desde a segunda metade da década de 1980, as expressões gestão urbana, gestão territorial e gestão ambiental passam a ser utilizadas no Brasil.

Para alguns estudiosos, o termo gestão denota um controle mais democrático em oposição ao planejamento, que seria mais tecnocrático.

A expressão planejamento remete ao futuro, em outras palavras, significa tentar antever um processo a fim de solucionar antecipadamente (preaver-se) possíveis problemas ou ainda definir um caminho para atingir os objetivos de forma mais eficaz. Por sua vez, a palavra gestão remete ao presente, pois significa administrar uma situação, ou problema utilizando os recursos disponíveis e considerando as necessidades imediatas. Nestes termos, “o planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte, [...] das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir”. Assim, podemos afirmar que “planejamento e gestão são distintos e complementares”. (SOUZA, 2004, p.46).

Entre as diversas escalas de planejamento e gestão, a que nos interessa neste momento é a escala local que trata do planejamento e da gestão das cidades e “refere-se a recortes espaciais que, variam de acordo com o seu tamanho, permitindo a formação de identidades sócio espaciais sobre a base da vivência pessoal intensa do espaço”. Esta escala remete ao município e suas subdivisões político-administrativas. Esta por sua vez contém, remete a outra escala denominada “escala microlocal” que corresponde a espaços territoriais “passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano”. “Estes recortes são em ordem crescente de tamanho, o quarteirão, o subbairro, o bairro [...]” (SOUZA, 2004, p.101).

“Os diversos subníveis da escala microlocal são de cristalina importância para o planejamento e a gestão, especialmente quando se deseja propiciar uma genuína participação popular direta; afinal, é nessa escala que os indivíduos, em processos participativos, poderão constituir instâncias primárias de tomada de decisão (plenárias, assembleias, etc.), e é também nessa escala que eles poderão monitorar mais eficientemente a implementação de decisões que influenciam sua qualidade de vida no cotidiano”. (SOUZA, 2004, p.101).

2.3.2 A reforma urbana no Brasil

Apresentamos a seguir uma breve retrospectiva da Reforma Urbana no Brasil a partir da obra de Marcelo Lopes de Souza (SOUZA, 2003).

A ideia de Reforma Urbana no Brasil havia aparecido nos anos 50, época na qual o problema da escassez de moradias centralizava as atenções em detrimento de uma compreensão mais ampla dos problemas urbanos e suas interconexões.

Em 1964 com o golpe militar e a edição do AI-5 (fase mais dura do regime militar), os debates foram prejudicados e praticamente interrompidos.

Vários líderes de favelas (contrários à política de remoção) foram presos, militantes de partidos da esquerda e também a intelectualidade crítica foi amordaçada, e até exilada em alguns casos.

Somente nos anos 80, com o processo de abertura do regime militar, o debate sobre o assunto foi retomado, buscando a construção de um conjunto estruturado de ideias a respeito da natureza e meio de promoção da reforma urbana.

Quando o regime militar teve seu fim, tornou-se óbvia a necessidade da elaboração de uma nova constituição para o país, que vigorasse após a “redemocratização”.

Em 1985, quando o general João Batista Figueiredo deixou o poder, sendo substituído por José Sarney, iniciaram-se os preparativos para a elaboração da Nova Constituição Federal que deveria substituir a de 1967.

Abriu-se a possibilidade da participação popular através das “emendas populares” que tinham como requisitos a subscrição por pelo menos 30 mil eleitores, e ser apoiada por pelo menos três entidades da sociedade civil. Uma dessas emendas foi justamente a da reforma urbana que teve o apoio de 150 mil eleitores, porém havia um problema;

o Congresso estava sim obrigado a receber a emenda, mas não a incorpora-la ao texto constitucional.

A emenda popular, no decorrer de sua tramitação foi sofrendo podas até que a constituição foi finalmente promulgada em 1988, e assim, de duas dezenas de artigos que abrangem temas importantes, a emenda constante na Constituição no capítulo sobre política urbana continha apenas dois artigos o 182 e o 183.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 182, parágrafo segundo, afirma: “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”, atribuindo aos Municípios competência para estabelecer o planejamento e os planos urbanísticos para o ordenamento de seu território.

Desta forma, restou como opção concentrar os esforços em uma tentativa de converter os planos diretores municipais em meios de promoção da reforma urbana, mediante a previsão de mecanismos e instrumentos capazes de contribuir para atingir os objetivos da reforma. Em paralelo buscou-se regulamentar, sem grande força, os dois capítulos da Constituição por meio da Lei Federal de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade).

Na década de 90, houve certa euforia com os “novos planos diretores” e suas potencialidades. A atenção se voltava cada vez mais para uma discussão técnica em torno dos instrumentos de planejamento e, cada vez mais, para questões legais, e o contexto social mais amplo que é o que dá sentido a todo o resto, era banalizado ou negligenciado. Como se o Estado, por si só, fosse realizar a reforma urbana, ou seja, uma espécie de reforma urbana mais e mais com cara de ser uma reforma “de cima para baixo”.

Os técnicos e gestores simpáticos à reforma urbana se puseram a pensar em tudo, menos na dinâmica da própria sociedade civil.

Assim, fica fácil compreender o descolamento existente entre os instrumentos de planejamento e gestão e a realidade espacial que se apresenta já que nunca houve uma verdadeira participação da população no processo de planejamento no âmbito municipal.

Com o advento do Estatuto da Cidade (Lei Complementar 10.257/10 de julho 2001), surge uma “luz no fim do túnel”. Em seu art. 40, § 4º, assegura que deverão ser garantidos no processo de elaboração do plano diretor e de fiscalização de sua implementação, a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos segmentos da comunidade, além da publicidade quanto aos documentos e informações produzidos. A

participação popular no processo de planejamento é garantida por lei, assim os moradores do Campeche assistem à possibilidade de fazer valer os seus direitos.

2.3.3 O Estatuto da Cidade e os novos Planos Diretores

De acordo com SOUZA (2003), a Reforma Urbana não é uma simples remodelação do espaço físico - é uma reforma social, estrutural, com uma forte dimensão espacial que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social.

Considerando que o homem habita e transforma o espaço, a Reforma Urbana tem como objetivo fundamental promover o verdadeiro desenvolvimento urbano que é sócio espacial, ou seja, considera a dimensão espacial e todos os elementos materiais e considera as relações sociais e todos os seus elementos imateriais. As marcas impressas pelo homem no espaço são fruto da interação com o meio ambiente e das relações sociais ali estabelecidas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (Art. 30, VIII) estabelece que “compete aos municípios promover no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso e ocupação do solo urbano”.¹¹

Os objetivos gerais da política urbana executada pelo poder público são:

- Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade;
- Garantir o bem estar dos habitantes;
- Promover o cumprimento da função social da propriedade urbana;
- Provisão de equipamentos, bens e serviços públicos, de espaços e instituições.

O Estatuto da Cidade (Lei Complementar 10.257/10 de julho 2001) regulamenta os artigos 182 e 183, Capítulo II, da Constituição Federal de 1988¹², cujo teor é apresentado a seguir:

¹¹ Os artigos da Constituição Federal que efetivamente regulamentam o pleno ordenamento territorial, considerando o desenvolvimento urbano como um fenômeno sócio-econômico-espacial são os Artigos 182 e 183 só regulamentados em 2001 - Lei Complementar 10.257/10 de julho 2001.

¹² Cabe ressaltar que esta lei complementar só foi aprovada mais de uma década depois da elaboração da constituição, gerando prejuízo a sua aplicação nas

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Assim, consideramos que “o Plano Diretor de desenvolvimento urbano, conforme indicado pela Constituição Federal, regula a ação,

cidada já que é imprescindível que haja uma lei municipal (Plano Diretor) como requisito prévio.

tanto da administração municipal, como dos agentes privados”. (GUIMARÃES, 2004, p. 191).

Sobre o assunto, Guimarães (2004, p. 191) afirma:

“O Plano Diretor, além de ser uma ferramenta de trabalho útil para orientar o detalhamento de projetos e regulamentos, é um conjunto de compromissos dos responsáveis pela gestão municipal, que permite a população cobrar o cumprimento das diretrizes e exigências neles contidas. Controle do uso e ocupação do solo é um dos meios de implantar uma política de desenvolvimento urbano. O uso e ocupação do solo deve ser feito de forma articulada com programas de obras viárias e de transportes coletivos, de prevenção de inundações e de preservação do meio ambiente. Sua elaboração deverá contar com a participação de entidades representativas locais, tais como: associações de moradores, entidades profissionais (CREA, IAB, etc.), associações comerciais e industriais e outras de significativa importância na comunidade”.

O papel do Plano Diretor Municipal - enquanto documento público oficial aprovado pelas autoridades locais - é o de fornecer as diretrizes para as decisões a serem tomadas quanto ao desenvolvimento da cidade. Em termos gerais, indica como o poder público municipal e a sociedade civil, desejam que o município se desenvolva nos próximos 10 a 20 anos. Este ponto da questão é extremamente delicado, uma vez que coloca em confronto poderosos interesses antagônicos. No Campeche, a mobilização dos moradores e pessoas mais sensíveis ao problema do crescimento urbano desordenado e conseqüente descaracterização da paisagem, vai contra o planejamento que beneficia a especulação imobiliária em detrimento da manutenção das características do lugar.

Para promover o verdadeiro desenvolvimento urbano (sócio-econômico-espacial), não bastam princípios, objetivos e uma estratégia; são necessários instrumentos adequados para implementar as propostas. O Estatuto da Cidade “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

2.4 UMA METODOLOGIA PARA A LEITURA DA PAISAGEM

Para desenvolver a leitura da paisagem no local, a análise foi realizada utilizando como parâmetros os atributos perceptivos do espaço, propostos por Raquel Tardin (2008). Estes parâmetros consideram o ponto de vista visual, relacionado à singularidade do lugar, centrando-se nos elementos cênicos, nas áreas de emergência visual, nos fundos cênicos e nos marcos históricos.

Segundo Tardin (2008, p.144), na avaliação a partir dos atributos perceptivos, busca-se identificar as características mais genuínas dos elementos físicos que compõem os espaços e podem ser percebidos como parte da identidade visual da área, sendo merecedores de conservação. Este tipo de avaliação tem elevado grau de subjetividade e está sujeita a distintas considerações sobre seu valor. Nesta análise, se descrevem e avaliam os seguintes elementos:

Elementos cênicos: São os componentes naturais dos espaços livres com maior atrativo visual que lhes confere uma qualidade visual intrínseca. Sua importância deriva do caráter que imprimem à composição de determinada paisagem, sendo parte significativa de sua identidade visual, como por exemplo, a singularidade do relevo, da vegetação e da hidrografia.

O atrativo visual de um elemento cênico pode ser medido pelas particularidades de sua composição formal, por exemplo, os acidentes topográficos, que são quase que esculturas a céu aberto; a cobertura vegetal que apresenta uma variedade de cores, de estratos variados, ou conforma uma massa densa com uma presença contrastante; ou a água com formas distintas e amplas (GONZALES BERNALDEZ, 1981; BOLÓS, 1992; entre outros apud TARDIN, 2008 p. 145).

Áreas de emergência visual: Tratam-se dos elementos singulares que compõem os espaços. Sua detecção permite identificar e preservar as principais referências topográficas e hidrográficas dos espaços livres como focos visuais que caracterizam a estrutura física do lugar, e são percebidos a partir do movimento pelas vias.

São aberturas visuais que revelam formações singulares que contrastam com o entorno, seja como um monumento topográfico ou como amplas lâminas de água que definem uma paisagem.

São enquadramentos singulares que marcam as sequências dos percursos e permitem mudanças no ritmo da paisagem percebida.

Os meios de transporte utilizados, o tipo de via e pavimentação interferem diretamente na percepção visual destes atributos.

Fundos cênicos: Correspondem à visão mais ampla da paisagem permitida pelos espaços livres podendo ser vistas parciais que abrangem uma porção limitada da paisagem ou vistas panorâmicas (cotas mais elevadas) e permitem uma visualização geral da paisagem.

Permitem reconhecer traçados mais característicos dos espaços livres junto ao seu entorno. Nos fundos cênicos, os elementos cênicos configuram panoramas que combinam contrastes entre a topografia, a água e a vegetação percebidos como conjunto.

Os fundos cênicos são observados através dos espaços livres. Desta forma, estão sujeitos à transformação à medida que as superfícies edificáveis são ocupadas entre a paisagem observada e os pontos de observação. Esta característica aponta para a necessidade de haver um cuidado no que se refere à ocupação urbana destes espaços a fim de preservar as possíveis vistas da paisagem.

Marcos históricos: São locais de interesse histórico cultural que permanecem como remanescentes da ocupação urbana, ou seja, testemunhos da história que representam valores tradicionais.

Estes elementos podem reforçar as relações entre a comunidade e seu entorno físico além de contribuir para manter vivo o passado e permitir a preservação dos espaços livres e devem ser geridos e preservados de acordo com suas características.

3 ESTUDO DE CASO – CAMPECHE

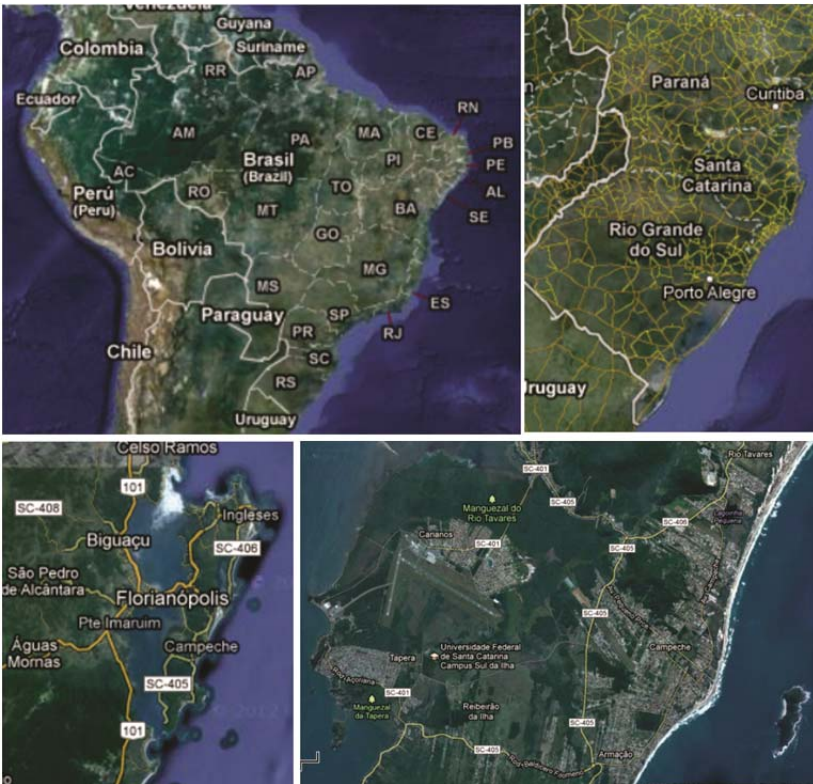
3.1 LOCALIZAÇÃO

O Distrito do Campeche tem localização privilegiada na porção insular de Florianópolis. Localizado na região sudeste da Planície do Campeche, representa um ponto chave de conexão entre as praias do sul, leste e norte e o núcleo central da cidade, localizado a oeste. Com uma natureza exuberante e diversa apresenta costões rochosos e dunas que juntamente com a presença de morros, lagoas e rios delimitam e particularizam sua paisagem.

A planície do Campeche, conta com uma área aproximada de 50 km² e abrange as seguintes localidades do sul da Ilha de Santa Catarina: Tapera, Aeroporto, Carianos, Ribeirão da Ilha, Alto Ribeirão, Porto da Lagoa, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Sertão da Costeira, Campeche e Morro das Pedras.

Esta área localizada na região litorânea sul do Brasil, na porção sul da Ilha de Santa Catarina, sub-região do litoral de Florianópolis (Figura 2), zona posicionada entre os paralelos 27°35'48" a 27°43'42" e os meridianos 48°24'36" a 48°30'42", distante aproximadamente 10 km do centro de Florianópolis. Tem como limites ao norte a Lagoa da Conceição à nordeste a praia da Joaquina (Porto da Lagoa), ao sul o Morro das Pedras (Parque da Lagoa do Peri), a sudoeste e oeste o Alto Ribeirão, Carianos, Ressacada e Manguezal do Rio Tavares e a leste o Oceano Atlântico (Figura 3). A área constitui uma planície sedimentar que apresenta no trecho norte-sul entre o Porto da Lagoa e o Morro das Pedras, praias arenosas com dunas móveis e fixas, vegetação de restinga e formações lacustres (Lagoa Pequena ao norte e Lagoa da Chica ao sul). A planície é limitada por três formações montanhosas: a noroeste, o Morro da Costeira do Pirajubaé (Pedrita), a sudoeste o Morro do Lampião e ao sul o Morro das Pedras.

Figura 1 - Localização: Brasil – Região Sul – Santa Catarina – Florianópolis – Campeche



Fonte: Google Maps com intervenção gráfica da autora, 2012.

3.2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Sendo o objeto de estudo a paisagem e, considerando que esta pressupõe um observador, neste estudo foi considerada a comunidade local e sua percepção expressa através do Plano Diretor proposto pelo Núcleo Distrital do Campeche. Os limites da área de estudo (Figura 2) foram definidos a partir da porção do território que engloba os atributos perceptivos elencados a partir da leitura da paisagem realizada pela autora que se encontram presentes no plano diretor comunitário, como passíveis de preservação e não, propriamente, os limites distritais.

Ao norte a Lagoa Pequena, à oeste, como limite a SC 405, ao sul a Lagoa da Chica e à leste o mar, incluindo a Ilha do Campeche.

Figura 2 - Delimitação da área de estudo



Fonte: Google Maps com intervenção gráfica da autora, 2013.

3.3 MEIO-AMBIENTE

3.3.1 Características geomorfológicas

Duas feições geomorfológicas ocorrem na Ilha de Santa Catarina: os maciços litorâneos e as planícies sedimentares. As planícies são áreas planas cheias de areia, resultantes da deposição dos sedimentos aprisionados entre as serras e os maciços litorâneos durante os avanços e recuos do mar nos últimos seis mil anos. Na Planície do Campeche, devido a sua pouca idade geológica, a fragilidade do solo é alta e o seu delineamento é resultado da exposição às correntes, marés e ventos predominantes. (Tirelli, Burgos e Barbosa, 2007, p. 99)

Na Ilha de Santa Catarina predominam os ventos Nordeste e Sul e assim, a leste da Planície (Joaquina, Rio Tavares, Campeche e Morro das Pedras), os sedimentos, expostos à ação das correntes marinhas e marés sofrem a ação dos ventos Nordeste e Sul, formando cordões de dunas com cumes e baixios, com ondas de areia no sentido sul-norte, onde algumas delas são fixadas pela vegetação nos locais mais abrigados.

No lado oeste da Planície, voltado à baía sul, os sedimentos são inundados por rios da Bacia Hidrográfica do Rio Tavares que, quando desembocam na baía sul e baía do Ribeirão da Ilha com água doce, matéria orgânica, sedimentos e folhas, criam substratos lodosos, salobros propícios à formação de vegetação de manguezais. Assim, neste lado da planície estão os manguezais da Tapera e do Rio Tavares.

3.3.2 Recursos hídricos

Há dois tipos de recursos hídricos na planície: os superficiais que são formados pelos rios, riachos, córregos e pelas lagoas Pequena e da Chica e os manguezais do Rio Tavares e da Tapera, e os subterrâneos formados pelos lençóis freáticos que compõem o Aquífero Campeche. A recarga deste aquífero pode ser comprometida com o aumento demográfico desordenado pelo aterramento dos leitos dos rios e impermeabilização do solo, causando um desequilíbrio no nível hídrico do solo permitindo a entrada de águas marinhas no lençol freático. Além do processo de salinização das águas do aquífero, outro problema grave que pode acontecer é a movimentação do solo sob as construções por falta do seu encharcamento natural, levando ao desmoronamento ou surgimento de rachaduras nas edificações. (Tirelli, Burgos e Barbosa, 2007, p. 99)

Os córregos que descem dos morros do Lampião e dos Padres escoam para leste, formando banhados nas áreas planas que quando enchem, extravasam através de pequenos leitos e valas e acabam desembocando nas praias da Joaquina, Campeche e Morro das Pedras, a exceção é o Rio Tavares que escorre para o manguezal de mesmo nome. Os rios do Noca, Rafael, as lagoas da Chica e Pequena e seus canais são exemplos do lado leste. O rio Rafael trazia boa parte das águas que vinham do sul do Campeche beirando as dunas desde a Lagoa da Chica até desembocar na praia do Campeche próximo ao rio do Noca e sabe-se que antigamente esses pequenos rios serviam para o lazer e economia das comunidades locais porém, atualmente, devido a interferência humana com seus aterros e construções e pela variação no volume de chuvas, forma, localização e quantidade de sedimentos e matéria orgânica a desembocadura desses rios no mar vem sofrendo variações.

A cobertura vegetal da Planície do Campeche apresenta basicamente duas formações evidentes: a vegetação de restinga e a Floresta Pluvial de Encosta Atlântica. A restinga é o conjunto solo-vegetação das planícies, cordões arenosos, dunas, brejos, banhados e lagoas. Sua vegetação varia mais de acordo com o solo do que com o clima. Por ser extremamente frágil, o ecossistema de restinga apresenta vegetação que exerce importante papel para a estabilização dos sedimentos e a manutenção da drenagem natural, bem como a preservação da fauna permanente e migratória associada à restinga. As raízes das plantas são responsáveis pela fixação dos solos predominantemente arenosos, pois, sem a presença de cobertura vegetal para exercer esse papel, ocorre o deslocamento da areia pela ação dos ventos, avançando sobre casas e ruas. Com a retirada de vegetação nativa o mar tende a avançar sobre as construções. As raízes também facilitam a drenagem e infiltração das águas das chuvas para o subsolo, reabastecendo o lençol freático.

Na área de estudo, encontramos a Lagoa da Chica e a Lagoa Pequena, ambas tombadas pelo Decreto Lei Municipal nº135 (5/6/1988) como Patrimônio Natural e Paisagístico de Florianópolis, porém o processo de tombamento não impediu o avanço da ocupação e hoje o espaço entre as duas lagoas, com cerca de três quilômetros de distância, está tomado por edificações e arruamentos que impedem a percepção de ambas como um ecossistema único. Além disso, o avanço da ocupação sobre estas áreas sem que haja qualquer demarcação de zoneamento que garanta sua preservação é preocupante no que se refere à contaminação do lençol freático. A proximidade das construções e a inexistência de tratamento de dejetos adequada contribuem para a aceleração do

assoreamento e conseqüente desaparecimento das lagoas com o passar do tempo.

3.3.3 Vegetação

A Planície do Campeche apresenta em sua cobertura vegetal duas formações: a vegetação de restinga e a Floresta Pluvial da Encosta Atlântica. A restinga é um espaço composto por solo e vegetação formado por depósitos arenosos, produzido por sedimentação, encontrada em planícies costeiras, cordões arenosos, dunas, brejos, banhados e lagoas. Sua cobertura caracteriza-se pela formação de mosaicos vegetais gerando uma rica diversidade de formas, tamanhos e cores. Sua vegetação tem papel fundamental na estabilização de sedimentos e manutenção da drenagem natural do solo, além da preservação da fauna residente e migratória associada à restinga.

A retirada desta cobertura, ocasionada pelo processo de ocupação, acaba por gerar a desestabilização do solo que pode contribuir para o avanço da areia ou quando próximo ao mar, o avanço deste sobre as edificações. Além disso, sua vegetação permite o reabastecimento do lençol freático através de suas raízes que facilitam a drenagem e a infiltração das águas da chuva para o subsolo.

3.4 UM BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

O Distrito do Campeche foi criado pela lei nº. 4805/95 de 21/12/1995, sua área é de 35,32 km² e corresponde a 12,26% do território do município. A origem da localidade está relacionada ao surgimento de um pequeno núcleo rural, cuja sede chamava-se Rio Tavares e as primeiras ocupações supostamente ocorreram nos arredores da Igreja de São Sebastião do Rio Tavares. A ligação com o centro da cidade se dava pelo mar (baía sul) com uso de embarcações e por trilhas usadas pelos moradores. No período que antecede o processo de urbanização década de 30 a meados de 70, a orla, as áreas de restinga, as dunas e as áreas alagáveis estão preservadas e predomina a paisagem natural. Boa parte do território é destinado à agricultura. Destacam-se os caminhos que conectam as comunidades locais, além de várias trilhas que percorrem o interior destas propriedades. Este sistema inicialmente precário acaba por gerar um percurso que conecta elementos importantes da paisagem. Um destes caminhos, atual Rua Pau de Canela margeia o Morro do Lampião partindo da Capela de São Sebastião em direção ao Rio Tavares.

O termo Campeche denominava, inicialmente, somente a ilha existente e posteriormente foi estendido à praia e à localidade. Existem várias versões sobre a origem do nome Campeche e uma delas aponta para a combinação de duas expressões de origem francesa “camp”, que designa campo ou arraial, e “pêche” que significa pescaria. Assim, o termo pode ter sido introduzido pelos aviadores franceses como arraial de pescadores, fazendo menção à região da Ilha de Santa Catarina, importante ponto de parada da rota comercial entre França e Argentina.

O Campo de Pouso caracterizou-se como um marco, pois seu uso pelos aviadores franceses, acabou dando nome à principal avenida do Campeche, a Pequeno Príncipe, em homenagem à obra do aviador e escritor Antoine Marie Roger de Saint-Exupéry, seu visitante tão ilustre. Esta área com 352 mil metros quadrados, o Campo de Pouso, é atualmente um dos principais pontos de disputa entre a comunidade, a prefeitura municipal e a aeronáutica.

Até o início da década de 1960, a região do Campeche caracterizava-se pelo desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras e sua população era tipicamente rural. Entre 1970 e 1980, com o aumento da população do município e a crescente demanda de áreas destinadas à moradia ocorre a transformação da paisagem de rural à urbana, facilitada pelo contato com o centro da cidade em razão da busca por produtos e serviços e oferta dos excedentes agrícolas e pesqueiros.

É necessário levar em conta também que a economia de subsistência no interior da Ilha entrou em declínio com a expansão urbana. As gerações mais recentes passaram a trabalhar em empregos urbanos e surgiram oportunidades de transformar suas posses, que antes pouco ou nada valiam, em uma fonte de recursos antes inexistentes, por meio do parcelamento e da venda de lotes. Descapitalizadas, essas famílias não tinham como especular, isto é, reter suas terras, regularizá-las e só vendê-las após um processo de valorização. (Rizzo, 2013)

O poder público, por sua vez, não orientou os posseiros, não os incentivou a regularizarem suas terras e muito menos lhes deu suporte técnico para isso. Os cartórios de registro de imóveis, por sua vez, registraram contratos de compra e venda de lotes em loteamentos não aprovados, situação que passou a ser crime pela Lei Federal 6.766/7966. Mesmo assim, os registros de contratos continuaram contando com a concessão de registro imobiliário aos novos lotes pela prefeitura, com o cadastramento para fins de cobrança de IPTU e a nomeação das ruas ilegalmente abertas pela Câmara de Vereadores. (Rizzo, 2013)

Neste período, novos habitantes são atraídos para esta localidade por suas belezas naturais, incremento ainda que pequeno, da infraestrutura e valor da terra ainda baixo se comparado com outras regiões em expansão do município. Este processo acaba gerando uma mudança no perfil dos moradores.

Com o processo de urbanização e melhorias na infraestrutura local (instalação de equipamentos urbanos, pavimentação das vias de acesso – SC405 e Avenida Pequeno Príncipe, telefonia e fornecimento de água encanada) observa-se um aumento no número de residências (casas de veraneio e de moradia) e a ocupação crescente continua acontecendo à margem da lei.

A atração para o local se dá por sua proximidade com o centro urbano, por sua extensa faixa de praia banhada pelo Oceano Atlântico, além da grande oferta de terra com preços acessíveis.

Ainda de acordo com Villaça (1998, p.338), o Estado atua através da legislação urbanística. Esta é feita pela e para as burguesias. Isso se revela pelo fato de se colocar na clandestinidade e na ilegalidade a maioria dos bairros e das edificações de nossas metrópoles. [...] A maioria dos loteamentos e das edificações realizados para as camadas populares estão impossibilitados – pelas leis do mercado – de obedecer à legislação urbanística e edilícia.

Caso semelhante ocorre com o zoneamento, que é elaborado tendo em vista a solução de problemas dos bairros das classes médias e acima da média e o atendimento aos requisitos e padrões urbanísticos dessas classes. O conflito entre usos, um problema maior para os bairros populares, é uma questão central nos zoneamentos convencionais. Por outro lado, nestes bairros os tamanhos dos lotes impostos pelo mercado não possibilita os recuos, também tão caros às leis de zoneamento em geral. Tais leis são voltadas para solucionar problemas de aparência e cumprir os requisitos das burguesias; nos bairros populares quando existem, são extremamente permissivas (como exige o mercado), portanto, inócuas. Isso significa que, em tais bairros, tudo se passa como se elas não existissem, mesmo que existam. (Villaça, 1998, p. 338-339)

Os atributos naturais que caracterizam a área e contornam a Planície do Campeche são essenciais para percebermos os limites dados à expansão urbana, pois, à Leste existe a restinga e as dunas confrontando com o Oceano Atlântico, a Nordeste existe o Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, a Oeste em direção à Baía Sul encontra-se o Manguezal que constitui, desde 1992, a Reserva Extrativista do Pirajubaé (instituída pelo Decreto Federal Nº 533), ao Norte faz divisa com os Morros – Parque Municipal do maciço da

Costeira e finalmente ao Sul confronta com o Morro do Ribeirão da Ilha contornando o Parque Municipal da Lagoa do Peri. Além disso, possui em sua área urbanizada a Lagoa Pequena e a Lagoa da Chica tombadas por Decreto Lei Municipal nº 135/88.

Mais recentemente percebe-se a intensa ocupação da restinga e áreas de manguezais de forma cada vez mais precária. Estes assentamentos são mais frequentes às margens do Mangue e da SC 405 e na localidade de Areias, entre o Campeche e o Morro das Pedras, caracterizada por uma região de dunas semi-fixas próximas à praia.

Este processo de ocupação cada vez mais intenso e irregular acaba desencadeando a preocupação de alguns membros da comunidade com a preservação da paisagem e a conservação das características locais. A destruição da vegetação de restinga contribui para a transformação do lugar, pois suas raízes são fundamentais para a fixação do solo arenoso além de vitais para o reabastecimento do lençol freático.

3.5 O PLANEJAMENTO URBANO EM FLORIANÓPOLIS E O PLANO DIRETOR DO CAMPECHE

3.5.1 Os Planos Diretores do Município e o Campeche

Segundo Souza (2010), o primeiro Plano Diretor de Florianópolis foi elaborado pelos arquitetos e urbanistas gaúchos Edvaldo Pereira Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff em 1952. A aprovação pela Câmara de Vereadores de Florianópolis acontece em 1955, quando se torna a lei nº 246/55.

Baseava-se no modelo econômico corrente no país que favorecia o desenvolvimento do setor industrial e dava ênfase à implantação de grandes avenidas.

Rizzo (1993) relata que o plano proposto buscou traçar soluções urbanísticas que contribuíssem para tirar a cidade do atraso diagnosticado e isso deveria dar-se com a industrialização.

A proposta abrange uma pequena área no continente e à área central da ilha, correspondendo ao limite urbano já existente, tendo o maciço do Morro da Cruz como limite da área urbana, apesar de haverem ocupações esparsas por toda Ilha que foram consideradas pelos autores como áreas rurais¹³. Partindo da localização dos principais

¹³ Os autores do plano, em sua análise preliminar, consideram que a ocupação dispersa e a baixa densidade do conjunto urbano são fatores desfavoráveis à produtividade e trabalho da comunidade e que tornam mais onerosos os

equipamentos públicos, e do centro histórico, os arquitetos propuseram a implantação de uma grande avenida, chamada Via Tronco, que se iniciaria no distrito do Estreito, no continente, e faria a interligação entre os equipamentos propostos. Partindo do continente, a via faria a conexão com a ponte Hercílio Luz e, na Ilha, continuaria pela orla sul fazendo a ligação com as áreas centrais, e em especial com duas grandes proposições do Plano - o Centro Cívico e a Cidade Universitária - na qual culminaria a Via Tronco. (Souza, 2010). Este plano vigorou até 1976, quando foi instituído um novo Plano Diretor (Lei Municipal 1440/76).

Segundo Pereira (2010), em 1967, a prefeitura da capital catarinense julgou que a cidade precisava reavaliar o plano de 1954, pois ele estava sendo gradativamente desprezado. O Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, CEAU, ligado à estrutura administrativa municipal, começou, então, um grande trabalho de planejamento do território da capital catarinense considerando não somente o espaço municipal, mas toda área considerada como “Grande Florianópolis”, ou seja, Florianópolis e mais dezenove outros municípios. O objetivo deste plano passa a ser o de planejar a região metropolitana.

Assim, foi elaborado o PDAMF (Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis), com caráter regional e outro plano específico para a área urbana de Florianópolis que, assim como o plano de 1954, também se restringia somente a uma parcela do território municipal, denominada de “triângulo central” e o continente.

Este plano foi idealizado pelo arquiteto e urbanista Luís Felipe Gama d’Eça, que também foi o responsável pela criação, em 1977, do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis).

O processo de crescimento urbano fora acelerado durante o período compreendido entre o início da feitura do plano, 1967, e sua aprovação, 1976. Isto deu-se de tal sorte que, transformado em lei, o novo plano já fosse considerado desatualizado. (RIZZO, 1993)

Soma-se a isto, segundo Pereira (2010), que “os objetivos do plano foram sistematicamente negligenciados pelo referido órgão, embora, contraditoriamente, seus projetos fossem, mesmo que de maneira assistemática, implantados.” Menciona ainda que “as inúmeras

melhoramentos urbanos e os serviços públicos, contribuindo para o atraso das cidades. Com o processo de expansão urbana as atividades extrativistas nas áreas rurais, incluindo o Campeche, entram em declínio e inicia o processo de parcelamento do solo e venda de lotes à margem da lei.

modificações de zoneamento feitas por leis específicas que seguiram a lei de 1976 colocaram em xeque o próprio plano”.

Em 1982, o IPUF apresentou uma proposta de substituição da lei 1440/76, abrangendo todo o distrito sede. Sua aprovação, no entanto, excluiu a área central e o continente. Assim, a lei 1815/82 ficou restrita aos bairros periféricos ao centro: Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi, Saco Grande, Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé. (Rizzo, 1993)

Em 1985, é aprovada a lei 2193/85 que “dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Catarina declarando-os área especial de interesse turístico” e estabelece o Plano Diretor dos Balneários.

De acordo com Rizzo (2013):

“A Lei 2.193/85 definiu como áreas urbanas aquelas que já se encontravam consolidadas no interior da Ilha e nos balneários e o restante das áreas, excetuando-se aquelas definidas como de preservação permanente, foram reguladas como áreas rurais (AER – Área de Exploração Rural) e estas constituíam a maior parte de todo o interior da Ilha e, no caso específico, a maior parte da Planície do Campeche. Essas áreas deveriam, no entender dos técnicos do IPUF, assim permanecer até a aprovação de novos planos diretores específicos e o primeiro que foi elaborado foi o destinado à Planície do Campeche. Ocorre que a urbanização, que já acontecia informalmente nestas áreas, se intensifica nos anos que se seguem à aprovação da Lei 2.193/85, não aguardando as futuras definições que seriam emanadas do processo de planejamento. Com isso, a urbanização ilegal cresce, no interior da Ilha, muito mais rápido que a urbanização legal e a própria prefeitura, a quem cabe legalmente a função de fiscalizar e coibir as ilegalidades, pouco ou nada faz.”

Com a aprovação deste Plano, as áreas balneárias são transformadas em áreas urbanas e esta alteração de uso do solo inverte gradativamente o fluxo migratório interno, sugerindo a transformação do valor da terra, de valor de uso (o solo rural tem valor por suas características de fertilidade) para valor de troca (solo urbano tem valor

por sua localização). Neste processo as áreas adquirem valor para moradia, com o aumento da população na área central e seus arredores, as propriedades rurais passam a ser loteadas para fins residenciais mesmo que, em boa parte, nas áreas classificadas como de Áreas de Exploração. Mais uma vez ressaltamos que o planejamento e a criação de leis “descoladas” da realidade não coíbem o crescimento desordenado e os moradores, enquanto agentes modeladores do espaço, quando não são “alcançados” pela lei, acabam por promover a ocupação mesmo na ilegalidade.

Em 1992 o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) termina a primeira proposta do Plano de Desenvolvimento do Campeche, posteriormente chamado de Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares cuja elaboração inicia em 1989 (e apresentação oficial à Câmara dos Vereadores em 1995). Para o IPUF (1995), este plano vem possibilitar “uma cidade baseada no turismo e na alta tecnologia, com capacidade para abrigar cerca de 450.000 habitantes e, que será capaz de colocar o Município de Florianópolis, coerentemente com o século XXI” (Bento, 2004, p.156).

Rizzo (2013) aponta em seu trabalho que:

“Orientados pela definição da nova vocação de Florianópolis, as indústrias do turismo e de alta tecnologia, técnicos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF viajaram ao exterior, no final da década de oitenta, na busca de modelos que orientassem a elaboração do Plano Diretor para a Planície do Campeche. Da Inglaterra, eles trouxeram o modelo das cidades novas britânicas, especialmente a de Milton Keynes. Do Japão, trouxeram o modelo da Tecnópolis, especialmente o de Tsukuba. Propõem, então, a “Cidade Nova do Campeche”, que seria também a “Tecnópolis do Campeche”(IPUF, 1997). Ele envolve uma área de 55 km² no sul da Ilha de Santa Catarina, que é a planície mais próxima do centro da cidade. É a única que se estende ligando as costas leste e oeste da Ilha, sem o obstáculo dos maciços que separam essas duas costas nas demais regiões, característica esta que possibilitou a construção da base aérea e do aeroporto, sendo que o primeiro campo de pouso situava-se próximo à praia do Campeche. Ela já aparece com destaque nos

planos de expansão da cidade no início da década de 70, quando a pretensão era a aprovação da região metropolitana de Florianópolis, ainda que não tenha sido, na ocasião, aprovado um plano de urbanização para a área. É nesta época que é proposto o túnel e os aterros para abrigar o sistema viário de ligação do centro com a planície e, através dela, com a costa leste.”

É importante ressaltar que não houve um estudo prévio que comprovasse a capacidade de abastecimento de água para a região e implantação de infraestrutura necessária compatível com as características geomorfológicas da área, que corroborasse o número de habitantes proposto para a região.

Segundo Rizzo (2013), a proposta do plano diretor para a Planície do Campeche constitui, sob o ponto de vista legal, num conjunto de emendas à Lei 2.193/1985. As áreas rurais, em todos os distritos, foram objeto de intensivo parcelamento para fins urbanos, à revelia da proibição pela legislação municipal. Então, enquanto os técnicos elaboravam o plano, a área ia sendo urbanizada irregularmente. Alguns poucos loteamentos legais tiveram suas aprovações definidas em conformidade com o plano que não tinha sido ainda aprovado. Aos poucos, principalmente nas reuniões comunitárias e nas audiências públicas, muitas pessoas foram descobrindo que avenidas iriam passar sobre seus terrenos ainda desocupados ou em suas casas.

Outra questão importante é que desde o início do planejamento para a área, a municipalidade não acompanhou de perto, nem coibiu o crescimento desordenado. Somado a isto, a falta de investimentos em infraestrutura acabaram por gerar uma série de problemas para a região como a ocupação de áreas de preservação, a degradação de mananciais, a poluição de córregos além do elevado número de veículos que ocasionam filas extensas rotineiramente.

O Plano para a Planície do Campeche foi elaborado no período da euforia. Os técnicos do IPUF estimaram que o Parque Tecnológico do Campeche iria gerar 22 mil empregos diretos, que a UFSC seria transferida para a Planície e que, juntamente com o turismo, haveria uma dinâmica econômica capaz de sustentar uma nova cidade, com 450 mil habitantes. Embora o processo real estivesse fazendo com que muitos dos envolvidos com a ideia da Tecnópolis, fossem rebaixando suas expectativas, os técnicos do IPUF mantiveram-se intransigentes em

reduzir as dimensões do plano proposto ao longo de toda a década de 1990 e, assim, continuaram no início da década seguinte. (Rizzo, 2013)

3.5.2 Breve histórico do plano diretor comunitário

Segundo o MCQV (Movimento Campeche Qualidade de Vida) o primeiro documento elaborado pela comunidade data de 1989, como resultado da mobilização da população local, motivada pela Associação de Surf da Praia do Campeche. O documento, conhecido como “Carta do Campeche”, tinha como principais diretrizes a preservação do patrimônio natural (dunas, restingas, lagoas e Morro do Lampião) e cultural do Campeche, reivindicando o cumprimento da legislação ambiental (preservação dos elementos naturais) e a valorização dos elementos históricos ali existentes (caminhos históricos, engenhos e campo de aviação). Além disso, reivindicava melhorias na qualidade de vida da população abordando temas como transporte coletivo, saúde, educação, telefonia, saneamento básico e comunicação. O documento elaborado pela comunidade nesta ocasião, também demonstrava uma preocupação com a densidade populacional prevista pela prefeitura para a planície do Campeche (praticamente o dobro do número de habitantes do município na época).

Em 1992, o IPUF finalizou a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Campeche, e encaminhou à Câmara Municipal de Vereadores para tramitação. Nesta ocasião a comunidade mobilizada, conseguiu adiar a votação do Plano Diretor do Município. No ano seguinte, em 1993, buscou apoio de técnicos e profissionais, e professores da UFSC foram convidados pelo IPUF a apresentar e discutir o Plano junto à comunidade. A partir destes debates surgiu a proposta de reavaliar o Plano com a participação da população local. No ano seguinte o IPUF reapresentou o Anteprojeto do Plano Diretor à comunidade que se mostrou insatisfeita com a manutenção da proposta inicial que previa um incremento no sistema viário e aumento na densidade populacional incompatíveis com a previsão de infraestrutura para o local, com consequências sócio ambientais catastróficas para a região da Planície do Campeche. Apesar da preocupação e mobilização da comunidade, a proposta inicial não sofreu alterações e novamente, em 1995, foi encaminhada à Câmara de Vereadores. Em 1996, a comunidade encaminhou um abaixo assinado ao então prefeito Sérgio Grando, solicitando a suspensão da tramitação do Plano Diretor do Município na Câmara de Vereadores de Florianópolis, alegando a necessidade da participação popular no processo de planejamento

urbano do município. A partir daí reabriram-se os debates nas associações de moradores da Planície do Campeche.

Na gestão da prefeita Ângela Amin, em março de 1997, as entidades comunitárias envolvidas no processo, reivindicaram através de abaixo assinado a retomada das discussões sobre o Plano Diretor de Florianópolis com o IPUF e o Anteprojeto foi reapresentado às comunidades interessadas, dividido em 14 UEPs (Unidades Espaciais de Planejamento) abrangendo a Planície do Campeche, o que não foi bem visto pelas mesmas, pois, acreditavam que esta divisão impossibilitaria a visão global da proposta. Na ocasião, o IPUF estabeleceu um prazo de 30 dias para que cada comunidade envolvida enviasse sua apreciação acerca da sua UEP, o que não foi atendido pelas comunidades do Campeche, Areias do Campeche, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares e Porto da Lagoa por acreditarem que a divisão em Unidades Espaciais de Planejamento impossibilitaria a análise do Plano Diretor na sua totalidade e que, a proposta apresentada pelo município na ocasião, em nada diferia daquela exposta no ano de 1992, pois os pontos considerados críticos pela comunidade da Planície do Campeche como o estímulo à alta densidade populacional (450 mil habitantes) e o incremento do sistema viário não haviam sido reelaborados.

Com a rejeição do Plano Diretor do Município pela comunidade, iniciou-se um processo de mobilização que culminou no “I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche”, realizado de 23 a 25 de outubro de 1997. Os órgãos de planejamento da administração municipal foram convidados a participar do evento, com o objetivo de discutir e planejar junto com a comunidade as propostas para a região. Porém, alegando constrangimento, os órgãos não compareceram ao evento comunitário.

Neste encontro a comunidade (representada por cerca de 250 moradores) juntamente com técnicos especializados, elaborou um diagnóstico da Planície do Campeche e analisou o Plano em parceria com técnicos da CASAN, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, FATMA, UFSC, COMDEMA, Câmara de Vereadores, ambientalistas e outras associações de moradores da Planície. Ao mesmo tempo, encaminhou ao IPUF uma solicitação para adiamento por mais trinta dias, o prazo de manifestação de propostas de alteração do Plano da UEP.

O Instituto, respondeu através de correspondência à Associação de Moradores, negando o pedido e, informando que “a ausência de resposta pela Associação de Moradores seria considerada como nada tendo a opor ao plano apresentado”. Ao final dos três dias do Seminário,

a população envolvida propôs diretrizes de planejamento para a região, que foram oficialmente registradas no relatório final do evento na forma de um documento intitulado “Dossiê Campeche”, enviado posteriormente aos órgãos municipais competentes.

No ano seguinte, cerca de oito meses após o envio, o IPUF elaborou um parecer técnico (214/98) como resposta ao documento elaborado pela comunidade, desconsiderando o seminário comunitário, por ter sido realizado após o prazo estabelecido anteriormente pelo órgão para o envio de sugestões. A comunidade interpretou a resposta como indisposição das autoridades municipais com o planejamento urbano participativo, o que motivou os moradores envolvidos a criarem o MCQV (Movimento Campeche Qualidade de Vida), que tem como principal objetivo proteger a qualidade de vida da população local através de iniciativas autônomas. Em março de 1999, quando o Plano Diretor mais uma vez é encaminhado à Câmara de Vereadores do Município, a comunidade da Planície do Campeche começou a realizar reuniões semanais e solicitou, à Câmara de Vereadores de Florianópolis, sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Plano Diretor e a reabertura dos debates entre o IPUF e a população, a fim de chegar a um consenso sobre os pontos considerados críticos na proposta em questão.

Mais uma vez, os trâmites foram interrompidos por pressão popular. A partir daí, as reuniões entre os técnicos do órgão de planejamento do município e os representantes das comunidades (Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa, Campeche, Morro das Pedras e Areias do Campeche) foram retomadas e estas comunidades apresentaram um documento contendo o posicionamento da população sobre cada tema específico abordado no plano proposto pelo município.

Ao final de três meses (14 de julho a 23 de setembro) marcados por encontros quinzenais, a comunidade mostrou-se insatisfeita com os resultados por acreditar que não havia consenso acerca das questões discutidas. Assim, decidiu através de assembleia realizada no Conselho Municipal da Fazenda do Rio Tavares, elaborar, com o apoio técnico necessário, através de oficinas semanais de planejamento com a participação da população, um “Plano Alternativo da Comunidade” a partir das diretrizes elaboradas e aprovadas no “I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche” documentadas no “Dossiê Campeche”.

Entre 09 de outubro e 27 de novembro de 1999, foram realizadas Oficinas Comunitárias de Planejamento itinerantes. Foram discutidos pontos importantes para a definição do “Plano Alternativo da Comunidade”, culminando na sua aprovação e autorização para

detalhamento, em assembleia comunitária realizada em 27 de novembro de 1999, juntamente com os Projetos de lei Substitutivos necessários à aprovação na Câmara de Vereadores de Florianópolis. A versão final do “Plano Alternativo da Comunidade” foi encaminhada à Câmara para sua apreciação em março de 2000.

No ano de 2001 houve uma audiência pública para analisar e discutir os dois Planos apresentados. Em junho deste mesmo ano, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal informou que decidiram pela elaboração de uma terceira proposta de um plano diretor, na tentativa de mesclar ambos os planos propostos. Mais uma vez, a organização comunitária, não concordou e não aprovou a decisão e ainda avaliou que o Plano utilizado como base haveria sido o proposto pelo Instituto e que o Plano comunitário somente teria sido levado em conta em aspectos logicamente consensuais como, por exemplo, a necessidade de implantação de rede de tratamento de efluentes, algumas áreas comunitárias e áreas verdes, etc. (STEFFENS, 2008)

Já no ano de 2003 a AMOCAM (Associação de Moradores do Campeche) juntamente com a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) entraram com uma liminar judicial contra o Presidente da Câmara de Vereadores, de acordo com os artigos do Estatuto das Cidades – Lei 10.257/2001, que estabelece obrigatoriedade de audiências públicas com as comunidades antes da definição de Planos Diretores, e assim, foi suspensa a apreciação do Plano Diretor da Planície Entremares.

Em 2005, por motivos de proximidade e com o limite para revisão de Planos Diretores (outubro de 2005) estabelecido pelo Estatuto das Cidades, foi retomada a discussão sobre o Plano da Planície, e os vereadores teriam apenas 10 dias para avaliar a documentação elaborada pelo Instituto e posteriormente encaminhar para votação. Porém, esta tentativa também acabou sendo mal sucedida, já que o próprio Estatuto da Cidade exige que o Plano Diretor Municipal compreenda o município em sua totalidade e não parcializados ou regionalizados.

No ano de 2005 a Prefeitura Municipal de Florianópolis iniciou a elaboração do novo Plano Diretor de Florianópolis com o intuito de cumprir os prazos e normativas estabelecidos no Estatuto da Cidade (Lei Complementar 10.257/2001). Em 01 de agosto de 2006 o IPUF realizou uma audiência pública para a formação de um Núcleo Gestor Municipal, a fim de legitimar a participação popular no processo de elaboração do Plano, prevista naquela Lei.

Em 2009, o Núcleo Distrital do Campeche continua o detalhamento das diretrizes distritais aprovadas na audiência pública de

13 de dezembro de 2007, quando, na semana de 10 de agosto, a comunidade do Campeche foi chamada, através de seus representantes, pelo Grupo Cepa (empresa argentina, contratada para elaborar o novo plano diretor municipal e o projeto de lei a ser enviado para tramitação na Câmara Municipal em fevereiro de 2010).

Até dezembro de 2010 a comunidade mantinha as reuniões na Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes. Atualmente, algumas reuniões continuam acontecendo no Clube Catalina, localizado em frente à escola. No ano de 2012, o plano elaborado pelo Cepa é levado para votação e, novamente por pressão popular não é votado.

3.5.3 A mobilização popular e o plano diretor comunitário: uma contra ideologia ou uma nova ideologia local?

Entenderemos por Ideologia (Chauí, 1981, p. 21) aquela versão da realidade social dada pela classe dominante com vistas a facilitar a dominação. Esta versão tende a esconder dos homens o modo real de produção de suas relações sociais. Por intermédio da ideologia, a classe dominante legitima as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. A ideologia surge, no seio da classe dominante, através do descolamento das ideias da realidade social (autonomização das ideias) e consiste na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes em uma sociedade, em determinado período histórico. Nas conhecidas palavras de Marx e Engels (s.d., 57) “cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir seus fins, a representar seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade [...] ou a dar a seus pensamentos a forma de universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos”. A ideologia é o processo pelo qual a classe dominante representa seu interesse particular como o interesse geral. Gramsci deu grande destaque à dominação intelectual – e não apenas à dominação pela força – e distinguiu a dominação e a liderança moral e intelectual: “A supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como ‘dominação’ e como liderança ‘intelectual e moral’ [...]. um grupo social pode, e na verdade precisa, já exercer a ‘liderança’ antes de ganhar o poder de governo [...] ele subseqüentemente torna-se dominante quando exerce o poder, mas, mesmo que o segure firmemente, precisa continuar também a liderar”. (Villaza, 1998, p.343)

Como já afirmado anteriormente, os primeiros debates sobre o Plano Diretor do Núcleo Distrital do Campeche ocorreram a partir da

mobilização da população local que, preocupada com a densidade populacional prevista pela prefeitura para a planície do Campeche (o dobro do número de habitantes do município na época), promove um seminário para discutir a redefinição do Plano Diretor dos Balneários com ênfase na participação popular.

Segundo relatos apresentados pelos representantes da comunidade, no início do ano de 2009, a nova direção do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, desconsiderou o Núcleo Distrital do Campeche e os demais distritos que fazem parte da Planície do Campeche, e bloqueou os recursos (materiais e humanos) necessários para a continuidade do trabalho comunitário no desenvolvimento do Plano Diretor Participativo.

Sem secretaria, sem estagiários e sem o acompanhamento técnico que durou de 2007 até 2008, os trabalhos decorridos no ano de 2009, transcorreram única e exclusivamente pela atuação (ainda) voluntária dos membros do Núcleo Distrital do Campeche que arcaram com os custos operacionais decorrentes do processo de finalização da proposta de rebatimento das diretrizes no mapa do distrito. Do período de desenvolvimento da proposta (março de 2007 a maio de 2009) resultou um conjunto de Relatórios produzidos pelo Núcleo Distrital do Campeche durante sua atuação com o Núcleo Gestor Municipal, apresentados novamente à comunidade na ocasião do II Seminário Comunitário de Planejamento da Planície do Campeche.

O objetivo deste segundo seminário era discutir, revalidar ou atualizar as diretrizes comunitárias que deram origem à proposta alternativa ao plano diretor do município, elaborada no I Seminário Comunitário de Planejamento da Planície do Campeche em 1997 e que se contrapõe ao plano elaborado pelo órgão de planejamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis. A iniciativa partiu da comunidade local, apoiada pelo Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Florianópolis.

Realizado nos dias 30 e 31 de março de 2007, no Clube Catalina, o II Seminário ocorreu no contexto de uma nova conjuntura colocada pela Lei 10.257/01, que instituiu o Estatuto da Cidade, obrigando todos os municípios com mais de 20 mil habitantes a revisarem ou elaborarem seus planos diretores, de forma integrada e participativa. Ou seja, os governos municipais, juntamente com a população do município, devem definir, com base no interesse coletivo, normas que regulem o uso do espaço urbano, a segurança e o equilíbrio ambiental, voltados para o bem estar dos cidadãos. O Art. 2º, do Estatuto se refere à participação popular como “gestão democrática” dos vários segmentos da

comunidade e suas associações representativas para formular, executar e acompanhar planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Em seu artigo, Reflexões sobre o Plano Diretor de Florianópolis – Anteprojeto de Lei (maio/2010), Flávio Villaça diz que, O Plano Diretor – e a atuação do atual Prefeito – ignoram que a participação da população se inicia desde antes da elaboração do plano. Ignoram que o Prefeito deve apoiar, encorajar, favorecer e organizar a participação popular desde antes da elaboração do Plano (embora esta deva prosseguir, durante e depois de concluído o Plano). Desconhecem que a atuação popular é inútil se sua contribuição for ignorada.

4 A LEITURA DA PAISAGEM

Florianópolis é reconhecida por sua natureza exuberante, podemos dizer que suas paisagens formam um cartão postal “real”. É fato que a paisagem da Ilha tem seu preço maior ou menor, dependendo do lugar onde se situa e das suas características não só naturais mais principalmente àquelas relacionadas ao processo de ocupação e ao ambiente gerado em consequência dele. Há que se observar que apesar de suas belezas serem reconhecidas e apreciadas, de um modo geral, não existe uma preocupação com o uso que se faz dela. Vendem-se paisagens, fragmentos da natureza, vendem-se imagens de um lugar e assim, a beleza acaba por assim dizer, virando um “negócio”, incorporada às mercadorias.

A vocação turística de Florianópolis, evocada justamente por suas belezas naturais, acaba por gerar uma disputa de caráter ideológico entre aqueles que querem explorar ao máximo o potencial turístico da Ilha e os que buscam a qualidade de vida que é indissociável da preservação da natureza. O primeiro grupo é composto por especuladores imobiliários e a municipalidade que veem na vocação turística de Florianópolis um caminho para o progresso, já o segundo grupo, é formado por habitantes do município, tanto aqueles que aqui nasceram e cresceram, como os que vieram morar atraídos por toda a beleza natural e simplicidade do modo de vida da população e buscam a manutenção destas características.

Esta vocação turística acaba por gerar uma imagem da cidade, em outras palavras, quando se fala sobre Florianópolis, a imagem mental criada está associada à sua natureza exuberante e à simplicidade e receptividade do seu povo, logo fica fácil se vislumbrar o cenário que irá encontrar.

O Campeche, com características ímpares, é privilegiadamente dotado de símbolos imagéticos, associados às suas belezas naturais, ao patrimônio histórico e à sua singularidade cultural. Porém, não há como negar que o avançado processo de urbanização sem a devida regulação por parte dos órgãos de gestão municipal, seja por causa dos instrumentos de planejamento inadequados que desconsideram as particularidades do lugar, seja pela falta de fiscalização, vem gerando uma série de mudanças na paisagem daquele lugar.

Há que considerar ainda que o meio ambiente da Ilha de Santa Catarina e notadamente do Campeche, com suas características naturais e seus limites rigorosos entre terra e mar, é extremamente sensível às

intervenções em seu espaço tornando qualquer alteração no ambiente perceptível e suscitando a descaracterização da paisagem.

Na década de 1980, o órgão de planejamento municipal, O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), realizou um diagnóstico, cujo objetivo era consubstanciar o Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha, aprovado em forma de lei de nº 2193, em 1985. (...) O diagnóstico considerou a ilha como: “Um espaço turístico que se caracteriza e viabiliza pelos aspectos gêmeos de paisagem natural e comunidade urbana de pequeno porte”. (IPUF: 1985 apud Tirelli, Burgos e Barbosa, 2007, p. 155)

Ainda neste mesmo diagnóstico a praia do Campeche é entendida como inadequada à urbanização, com: “Uma topografia plana, de formação sedimentar não totalmente consolidada, o que dificulta a implantação de infraestrutura de saneamento básico, e, conseqüentemente, inviabiliza um processo de assentamento urbano”. (IPUF: 1985 apud Tirelli, Burgos e Barbosa, 2007, p. 155)

O processo de urbanização do Campeche acabou transformando muitos espaços livres destinados à pastagem ou plantio em terrenos para moradias. A legislação em vigor (Lei 2193/85) que tratava grande parte da área como de expansão rural não impediu que a ocupação ocorresse, pois a inoperância da fiscalização permitiu a formação de desmembramentos irregulares que geraram uma malha urbana inadequada com extensas servidões e diminuição dos acessos à praia ocasionados a partir da privatização de muitos pontos da orla nas faixas de dunas e restingas.

Considerando este quadro, podemos concluir que a paisagem atual no Campeche, fruto deste processo de ocupação não é consequência da falta de planejamento, mas resulta de um planejamento e gestão municipais desvinculados da realidade existente no lugar. Não há como pensar no planejamento sem levar em consideração a produção social do espaço simplesmente negando o território construído pelas práticas efetivas dos cidadãos.

Este tipo de ocupação “não planejada” ou “mal planejada” acompanhada da visão especulativa acaba por ameaçar as características da paisagem, pois, modificam significativamente o ambiente natural do lugar. Muitos moradores acabam saindo do seu lugar de origem dando lugar aos novos habitantes¹⁴ na maioria das vezes com maior poder aquisitivo e intelectual. O planejamento acaba criando áreas destinadas

¹⁴ Estes novos habitantes são aqueles que buscam no Campeche, assim como em outras localidades da Ilha, a tão sonhada qualidade de vida.

àquela população e à sua expansão, criando “ilhas” onde fica evidente a segregação. A consequência disso é a perda das características culturais típicas do lugar.

“O estudo da paisagem contribui no processo participativo da população na elaboração do Plano Diretor na compreensão das diretrizes, como também para os demais atores sociais com suas percepções, valores, necessidades e desejos. Como principal referência para diretrizes de projetos – é um instrumento privilegiado de um procedimento participativo de reflexão sobre o futuro de um território”. (GORGEU e JENKINS, 1995 apud ANDRADE, 2008, p. 53)

Considerando que o território é o espaço construído pelo homem, sobre o espaço anteriormente natural e ainda que a paisagem é a interpretação humana sobre este espaço físico podemos afirmar que a paisagem abrange uma dimensão material que é a construção física do lugar materializada através de seus elementos naturais e construídos e, uma dimensão imaterial relacionada à percepção e à leitura do lugar com significado próprio para cada comunidade em cada lugar. Assim, “a leitura do lugar determinaria as práticas da comunidade sobre a paisagem e suas intenções de atuação, em um processo de evolução contínua, que comportaria na sua realidade espacial a testemunha de um passado e as indicações para a transformação futura.” (TARDIN, 2008, p. 44)

A leitura da paisagem pode desempenhar um importante papel no planejamento do município, mais precisamente do Campeche, pois é essencial para a manutenção da qualidade visual do lugar e afeta diretamente a qualidade de vida da população além de contribuir para a preservação do seu patrimônio natural e construído.

Considerando que a paisagem é composta por elementos físicos (naturais ou artificiais)¹⁵ que imprimem características singulares ao Campeche e, que estes elementos são produtos da interação do homem com a natureza, torna-se necessária a valorização da sua permanência pois revelam a identidade física do lugar, pois por acaso ou propositadamente estes elementos permanecem ali. Cabe relevar o seu significado ao longo do processo de ocupação no que se refere ao coletivo, mais precisamente à comunidade local enquanto agente

¹⁵ Convém ressaltar que aqui consideramos os elementos naturais (lagoas, rios, dunas, restinga, morros, praia) que de alguma forma ou por alguma razão ainda estão presentes no lugar (e tendem a serem extintos ou completamente descaracterizados) e os elementos artificiais (demarcações territoriais, construções históricas).

transformador do espaço, e entender que sua manutenção favorece não só a qualidade de vida desta população, mas também à população que frequenta o lugar, pois a manutenção da identidade visual facilita a leitura da paisagem local pelos visitantes.

Dentro desta lógica, é possível entender o que se pretende neste capítulo.

Primeiramente, apresentaremos a leitura da paisagem no Campeche a partir dos seus atributos perceptivos, buscando identificar as características essenciais dos elementos físicos que compõem o espaço e ajudam a configurar a identidade visual da área e por isso são merecedores de conservação. Esta análise tem caráter subjetivo e evidencia somente as características materiais dos elementos, elencando suas qualidades meramente visuais.

Em segundo lugar, exibiremos o conteúdo do I e do II Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche, abordando somente os aspectos relativos ao tema deste trabalho, que sintetizam o Plano Diretor Comunitário do Campeche e, ao final, elencaremos os pontos presentes neste plano que evidenciam a preocupação da comunidade com a manutenção das suas características genuínas na tentativa de preservar a identidade local e a paisagem do Campeche. Para tanto, será considerado o conteúdo expresso no Plano Diretor Comunitário.

Ao final, cruzando os dados obtidos nas duas leituras, poderemos avaliar a relevância destes elementos na configuração da identidade do lugar.

4.1 A LEITURA DA PAISAGEM NO CAMPECHE A PARTIR DOS SEUS ATRIBUTOS PERCEPTIVOS

Para efetuar a leitura da paisagem, uma importante referência é Raquel Tardin (2008), que oferece uma rica contribuição teórico-conceitual ao apontar a percepção da paisagem como um recurso projetual. A partir desta lógica, apresenta parâmetros para análise dos espaços entre os quais, para aplicação na área de estudo, nos apropriamos daqueles denominados atributos perceptivos que buscam avaliar os espaços livres do ponto de vista visual, de acordo com a singularidade do lugar, centrando-se nos elementos cênicos, nas áreas de emergência visual, nos fundos cênicos e nos marcos históricos.

É importante ressaltar que a leitura da paisagem, aqui apresentada, tem caráter subjetivo e assim está sujeita a considerações distintas sobre seu valor. Além disso, está relacionada aos elementos que podem ser percebidos e estão diretamente relacionados com a identidade

visual do lugar. Nesta análise, não são considerados os aspectos imateriais destes elementos por ser realizada a partir de parâmetros relacionados aos seus conteúdos visuais.

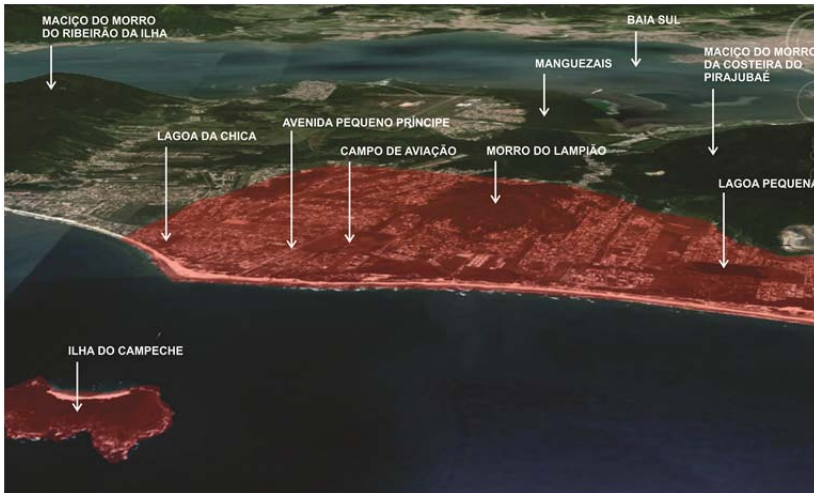
De acordo com TARDIN (2008, p. 51), os elementos cênicos, as áreas de emergência visual, os fundos cênicos, e os espaços livres de interesse histórico cultural constituem um dos principais conteúdos visuais da paisagem de um lugar. Aquilo que faz com que um lugar seja distinto de outro, porque se constitui de modo distinto e é reconhecido de modo distinto. São elementos singulares que determinam a particularidade local, sua diversidade e qualidade visual.

Para iniciar a leitura da paisagem, convém uma breve apresentação da percepção geral do relevo considerando sua inserção na Ilha de Santa Catarina. Analisando sua posição geográfica e os elementos geomorfológicos do local, torna-se mais clara a configuração do relevo e conseqüentemente a leitura da área.

Cabe destacar que pela natureza dos parâmetros apresentados, os elementos estruturadores da paisagem podem aparecer repetidamente ao longo da análise, de acordo com o papel que desempenham na paisagem. Esta observação é relevante, pois suscita a reflexão sobre a importância destes elementos na configuração da identidade do lugar e conseqüentemente na leitura da paisagem e assim, confirmar a necessidade de conservação estes elementos.

A área de estudo está inserida na Planície do Campeche que se estende de leste a oeste da Ilha de Santa Catarina e tem seus contornos definidos pelos dois maiores maciços rochosos da Ilha, o central e o sul. oeste a planície tem como limite a Baía Sul e ao leste o Oceano Atlântico onde vislumbramos a Ilha do Campeche. Apesar de o estudo não abranger a porção oeste desta planície, convém ressaltar que esta área conta com uma extensa área de manguezais, o Manguezal do Rio Tavares e o Manguezal da Tapera. Outro elemento em destaque na paisagem é o Morro do Lampião situado na porção noroeste da área de estudo. Além destes elementos, podemos destacar ao norte a Lagoa Pequena e na porção sudeste a Lagoa da Chica. A porção leste é marcada pela faixa de areia e apresenta densa ocupação ao sul e parte de restinga preservada ao norte. Outros elementos marcantes na paisagem são a Ilha do Campeche, o mar a praia e as dunas. (Figura 3).

Figura 3 - Imagem geral da Planície do Campeche, contendo a área de estudo



Fonte: Google Earth com intervenção gráfica da autora, 2013.

Esta diversidade de elementos naturais faz do Campeche um lugar único, que merece atenção no que diz respeito à conservação das suas características singulares, visando a preservação da paisagem.

4.1.1 Elementos Cênicos

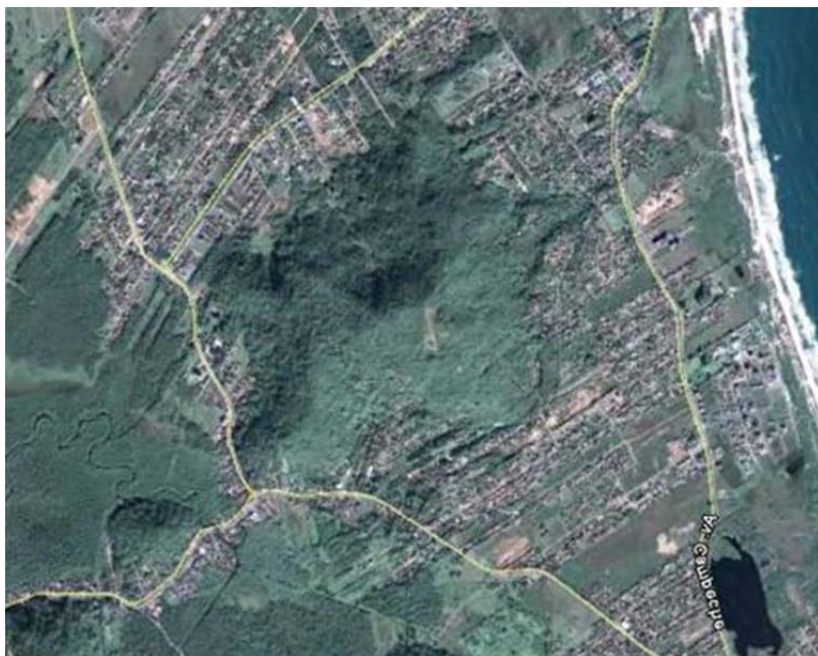
A partir desta visão geral, cabe agora uma aproximação a fim de elencar os elementos cênicos presentes no estudo de caso. A importância destes elementos consiste na sua capacidade de imprimir uma identidade visual ao lugar e servirem de pontos de referência na paisagem.

Os elementos cênicos dão caráter a um lugar. Permitem abarcar sua conformação física e destacar seus atributos mais significativos (as formas singulares do relevo, da hidrografia e da vegetação). Estes elementos funcionam como referentes e como marco do lugar, constituindo parte da sua identidade territorial e do potencial visual de sua paisagem. (TARDIN, apud McHARG, 1969).

Como elemento cênico o Morro do Lampião se destaca por sua elevação topográfica contrastante com a extensa superfície plana que lhe imprime um caráter especial. Além de destacar-se por seu relevo (Figura

4) também chama a atenção por sua cobertura vegetal que difere do seu entorno que se caracteriza pela massa edificada (Figura 5). Seu ecossistema, sua localização e altitude tornam este elemento um importante ponto de referência, além de contribuir significativamente na identidade visual do lugar¹⁶.

Figura 4 - Vista aérea - Morro do Lampião.



Fonte: Google Earth, 2014

¹⁶ O Morro do Lampião também é conhecido por Morro do Campeche o que denota uma associação direta deste elemento com o lugar.

Figura 5 - Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Distante cerca de 2 km da praia do Campeche, a Ilha do Campeche, notadamente, é um elemento cênico espetacular. Além de apresentar elevação topográfica e cobertura vegetal exuberante, determina uma geometria singular em relação à superfície d'água ao seu redor que é evidenciada pela observação do contraste existente entre o seu relevo e a linha do horizonte (Figura 6), entre o verde da sua vegetação e o azul do mar (Figura 7). Assim como o Morro do Lampião, a ilha é um forte elemento na identificação do lugar¹⁷.

¹⁷ Mais uma vez o nome da Ilha faz menção ao lugar, reafirmando sua importância enquanto elemento cênico para a identidade do local.

Figura 6 - Vista a partir da praia do Campeche.



Fonte: Acervo pessoal, 2011.

Figura 7 - Vista aérea da Ilha do Campeche.



Fonte: Google Earth, 2014.

A água é um elemento cênico marcante na caracterização do lugar. O Campeche dispõe de uma rica composição hidrográfica, sendo facilmente identificáveis as lagoas Pequena e da Chica, o mar e os rios.

A Lagoa Pequena e a Lagoa da Chica são típicas formações lacustres de restingas. Ambas possuem água doce, densa vegetação aquática e são tombadas pelo Decreto Lei Municipal nº 135, de junho de 1988. Apesar de apresentarem características similares no que se refere à sua natureza, apresentam características visuais totalmente distintas fazendo com que, enquanto elementos cênicos desempenhem papéis muito diferentes.

A Lagoa Pequena é, sem dúvida, um marco visual na paisagem do lugar¹⁸. Sua extensão não permite que seja vislumbrada, a partir do nível do solo, de uma só vez e sua ampla superfície e componentes de vegetação próprios deste tipo de conformação hidrográfica, contrastam com seu entorno edificado e garantem que a mesma destaque-se na paisagem (Figura 8).

Figura 8 - Lagoa Pequena com dunas, vegetação de restinga e ocupação ao fundo.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

¹⁸ A Lagoa Pequena localiza-se entre o Rio Tavares, e o Campeche, porém como foi dito anteriormente, a área de estudo foi delimitada considerando os elementos marcantes para a leitura da paisagem não havendo relação direta com a demarcação territorial administrativa.

Cabe ressaltar que a forma da sua borda acabou por definir os limites de ocupação. Na porção oeste (voltada para o interior) a ocupação é densa e há uma via rente à sua margem. Nas demais porções onde o solo não oferece resistência suficiente para o avanço das casas, mantém-se um pequeno distanciamento¹⁹ (Figura 9).

Figura 9 - Vista aérea da Lagoa Pequena.



Fonte: Google Earth, 2014.

A Lagoa da Chica pode ser considerada um elemento cênico muito mais por contraste existente entre a sua composição vegetal e o meio em que está inserida (Figuras 10 e 11) do que por suas características hidrográficas propriamente ditas. O processo de urbanização intenso, sem a devida regulação por parte dos órgãos de gestão municipais, acabou comprometendo o manancial desta lagoa e acarretou a perda da visibilidade da superfície d'água. O entorno composto por edificações que avançam sobre ela acaba por estrangulá-la. No que diz respeito à percepção desta lagoa como elemento cênico, verificamos que a cena gerada é por assim dizer oposta àquela

¹⁹ O Decreto Lei Municipal nº135 (5/6/1988) que tombou a Lagoa Pequena e a Lagoa da Chica como Patrimônio Natural e Paisagístico de Florianópolis, não conseguiu evitar o avanço das construções além dos limites estabelecidos por lei. Mais uma vez fica evidente como o planejamento proposto para a área é descolado da realidade do lugar e ignora completamente os agentes modeladores do espaço.

encontrada na Lagoa Pequena. Aqui a sensação que temos é de um “buraco” na massa edificada. Cabe ressaltar que a forma da sua borda acabou por definir os limites da ocupação irregular (Figura 12), mesmo sendo uma área protegida pelo Decreto Lei Municipal nº135 (5/6/1988).

Figura 10 - Lagoa da Chica – vegetação.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 11- Borda da Lagoa e ocupação adjacente.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 12 - Vista aérea da Lagoa da Chica – limite de ocupação definido por suas bordas.



Fonte: Google Earth, 2014

Outro importante elemento hídrico na paisagem do Campeche é o mar aberto, que proporciona um belíssimo cenário. Além de se impor por sua extensa superfície de águas azuis é um forte demarcador do limite leste da área de estudo (Figuras 13 e 14).

Figura 13 - Vista aérea – borda d'água.



Fonte: Google Earth, 2014.

Figura 14 - Vista do mar a partir das dunas.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Outro elemento cênico que compõe a paisagem no Campeche é a vegetação de restinga que apresenta uma diversidade de exemplares com tamanhos, cores e formas variadas (Figuras 15, 16 e 17). Os mosaicos vegetais formados são compostos por plantas rasteiras (petúnia da praia, margarida da praia, pinheirinho da praia e bromélia rasteira), plantas aquáticas (junco e taboa) e arvoretas (vassourinha, quaresmeira, aroeira). Infelizmente, as restingas são as áreas mais agredidas principalmente aquelas mais próximas ao mar, não só pela ocupação urbana que avança sobre ela promovendo seu desmatamento ou aterramento, ou pela destruição causada por caminhos de acesso à praia (Figura 18).

Figura 15 - Vegetação de restinga na Lagoa Pequena.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 16 - Vegetação de restinga – dunas.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 17 - Vegetação de restinga – dunas.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 18 - Avanço da ocupação sobre as dunas – destruição da cobertura vegetal.



Fonte: acervo pessoal, 2011

4.1.2 Áreas de emergência visual

Para efeito da leitura da paisagem no Campeche, utilizaremos o termo de forma mais abrangente, buscando uma aproximação com o conceito “visão serial” (Cullen, 1983). Atendendo ao pressuposto de que a paisagem artificializada resulta da ação do homem sobre a natureza e assim é composta por elementos naturais e artificiais, podemos considerar que as áreas de emergência visual são aberturas visuais que revelam formações singulares, sejam elas naturais ou artificiais, seja um monumento topográfico ou amplas lâminas d’água, seja um monumento construído. Em outras palavras, são enquadramentos visuais que apresentam elementos diferenciados ao longo de um percurso. Estas áreas podem despertar o interesse pela paisagem e sua percepção está diretamente relacionada ao modo como o observador desloca-se na via (a pé, de automóvel, de bicicleta ou de ônibus) e ao tipo de via (trilhas, ruas históricas, avenidas, autoestradas) e pavimentação da via. Essas três

variáveis afetam a velocidade de deslocamento e consequentemente podem determinar diferentes graus de interesse pelo entorno e, diferentes modos de perceber a paisagem do lugar. A determinação de pontos específicos ao longo de um percurso pode potencializar sua qualidade visual, sendo assim uma importante ferramenta para intervenções no espaço.

Considerando a extensão e as características existentes na área de estudo, apresentaremos a percepção visual a partir dos seguintes tipos de vias: ruas e avenidas. E os tipos de deslocamento: a pé, de bicicleta, carro de passeio e transporte coletivo que são aqueles habitualmente utilizados pela população no local.

Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe: A partir da Avenida Pequeno Príncipe, visualizamos uma série de enquadramentos que oferecem uma significativa mudança no ritmo da paisagem percebida. Independentemente do sentido de deslocamento ao final temos uma paisagem espetacular. O enquadramento no sentido praia revela ao final do percurso a belíssima Ilha do Campeche (Figura 19), no sentido SC405 somos surpreendidos pela bela imagem da Ponte Hercílio Luz (Figura 20). Durante o deslocamento, uma série de formações singulares despertam o interesse pelo entorno visual como, por exemplo, a visualização do Campo de Aviação²⁰ com o Morro do Lampião ao fundo (Figura 21). A extensão da avenida e a dimensão dos elementos físicos evidenciados ao longo do percurso contribuem para que não haja uma diferença significativa independentemente do tipo de deslocamento. Destacamos que a percepção visual da Ponte Hercílio Luz e da Ilha do Campeche a partir da Avenida Pequeno Príncipe, é prejudicada pelo deslocamento realizado por transporte coletivo. A visualização da ponte, com enquadramento perfeito é facilitada quando o deslocamento é realizado por carro de passeio.

²⁰ Este elemento é apresentado como atributo perceptivo enquanto marco histórico.

Figura 19 - Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe com a Ilha do Campeche ao fundo.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 20 - Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe com a Ponte Hercílio Luz ao fundo.



Fonte: acervo pessoal, 2013.

Figura 21 - Vista a partir da Avenida Pequeno Príncipe com o Campo de Aviação no primeiro plano e Morro do Lampião ao fundo.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Vista a partir da Avenida Campeche: A partir da Avenida Campeche, a percepção visual é bastante fragmentada. A vista sofre uma série de interrupções resultantes da ocupação urbana atual. Nesta avenida identificamos a presença de vários edifícios residenciais multifamiliares cujo gabarito gera um bloqueio visual (Figura 22) que impedem que vejamos o mar. Deste modo, chama a atenção que a única possibilidade de vislumbrá-lo em um dado trecho da via, ocorre quando encontramos ruas largas de acesso aos edifícios multifamiliares que se fazem presentes nesta porção do espaço de estudo (Figura 23).

Outros pontos de emergência visual significativos na leitura da paisagem são os que permitem vislumbrar a Lagoa Pequena (Figura 24) e aqueles que apresentam a restinga relativamente conservada e que em um só “golpe de vista” é possível avistar sua cobertura vegetal e o mar ao fundo (Figura 25).

Figura 22 - Construções – barreira visual.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 23- Vista fragmentada – edifícios.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 24 - Visualização da Lagoa Pequena a partir da Avenida Campeche.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 25 - Visualização da Cobertura vegetal e mar ao fundo a partir da Avenida Campeche.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Vista a partir da Rua da Capela: Esta rua caracteriza-se como uma alça que vai da Avenida Pequeno Príncipe até a Igreja de São Sebastião do Campeche²¹, atravessando a Avenida Campeche. Há alguns pontos interessantes de emergência visual, e a ocupação ao longo desta via é bastante variada o que gera uma falta de interesse visual dada à sensação de fechamento da paisagem em alguns pontos. Em sua porção mais próxima à Avenida Pequeno Príncipe é possível perceber o Campo de Aviação que se caracteriza como um espaço livre com vegetação variando de rasteira à árvores de médio porte. Há uma extensa área composta por massa vegetal densa visualmente significativa (Figura 26) e um condomínio residencial unifamiliar (Figura 27). Desta rua também é possível perceber ao fundo o Morro do Lampião (Figura 28), porém sua visualização é prejudicada pelas ocupações ao longo dessa via. Um ponto com qualidade visual muito importante é o momento de cruzamento com a Avenida Campeche, pois a partir deste enquadramento é possível visualizar a Igrejinha (Figura 29).

Figura 26 - Vista a partir da Rua da Capela – massa vegetal densa.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

²¹ Também conhecida por Igreja de São Sebastião do Rio Tavares, Igrejinha ou Capela do Campeche.

Figura 27 - Vista da Rua da Capela – condomínio com Morro do Lampião ao fundo.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 28 - Vista a partir da Rua da Capela – Morro do Lampião ao fundo.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 29 - Vista a partir da Rua da Capela – Igreja de São Sebastião do Campeche.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

4.1.3 Fundos cênicos

Os fundos cênicos caracterizam-se pela percepção visual mais ampla da paisagem. Podem ser percebidos através de vistas parciais que permitem visualizar uma porção relativamente limitada da paisagem possibilitando a apreensão da configuração morfológica local e suas particularidades ou ainda, podem ser vistas mais amplas (panorâmicas) contempladas a partir de pontos elevados do território permitindo muitas vezes uma visão da sua totalidade. Estas vistas mais amplas transformam a paisagem do lugar num grande espetáculo oferecendo uma qualidade visual máxima, pois a partir dela percebe-se o conjunto de elementos componentes da paisagem em todas as suas nuances e contrastes.

Os fundos cênicos são os atributos perceptivos mais ricos de um lugar, pois podem revelar toda a riqueza e exuberância da paisagem numa só visada.

O Campeche é rico em fundos cênicos, apresenta o maciço do Morro do Lampião, que se mantém bastante preservado no que se refere à mata secundária e à fauna, e assenta-se em uma planície sedimentar com a presença de restinga e dunas, onde o avanço da urbanização é bastante intenso e danoso. Estas características geomorfológicas

oferecem uma paisagem exuberante que combina contrastes entre o relevo, a água e a vegetação.

Entre as vistas parciais mais significativas no estudo de caso estão àquelas percebidas a partir da Avenida Campeche, das dunas à leste da Lagoa Pequena e do Pontal.

A partir da Avenida Campeche é possível vislumbrar o rico contraste entre a cobertura vegetal da restinga e as águas da Lagoa Pequena numa só visada, dois poderosos elementos cênicos do lugar (Figura 30). Infelizmente, o processo de urbanização (Figura 31), fruto do planejamento ineficiente e distante da realidade do local acabam comprometendo esta bela paisagem. Este é um exemplo que ilustra uma das preocupações dos moradores locais com o adensamento populacional que vem ocorrendo nesta área.

Figura 30 - Vista da Lagoa Pequena com cobertura vegetal ao fundo.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 31 - Vista parcial da Lagoa Pequena e construções em seu entorno.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Próximo à Lagoa Pequena, atravessando a trilha existente por entre as dunas, em meio à vegetação de restinga (Figura 32), chega-se a um ponto onde a qualidade visual é impressionante. Pode-se vislumbrar de uma só vez a riqueza da natureza em todas as suas nuances. Olhando na direção nordeste, podemos apreciar A Ilha do Campeche, O Morro do Matadeiro e Lagoinha do Leste o mar com suas belas águas azuis, as dunas e a vegetação de restinga (Figura 33). Olhando na direção nordeste, vemos as dunas, a praia da Joaquina e a Ilha do Xavier (Figura 34). O contraste entre as texturas, as cores e o relevo proporcionam uma alta qualidade visual, um verdadeiro “cartão postal”.

Figura 32 - Trilha nas dunas com mosaico vegetal.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 33 - Praia, dunas, cobertura vegetal com a vista da Ilha do Campeche (à esquerda) e Morro do Matadeiro e Lagoinha do Leste (à direita).



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Figura 34 - Dunas, praia da Joaquina (à esquerda) e Ilha do Xavier (ao fundo).



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Outro ponto de extraordinária qualidade visual é a partir do pontal na praia. A partir dele temos a visão total da praia com a Ilha de Campeche bem à frente. Mais uma vez a beleza do contraste entre o mar, a ilha, a areia da praia e o céu revelam uma paisagem exuberante (Figura 35).

Figura 35 - Vista a partir do pontal com a Ilha do Campeche ao centro.



Fonte: acervo pessoal, 2011 com montagem da autora.

Em relação às vistas panorâmicas, o estudo de caso também é privilegiado. A partir do Morro do Lampião é possível visualizar não só a paisagem do Campeche na sua totalidade, mas também outras regiões da Ilha de Santa Catarina: o norte da ilha e o continente e as pontes. Este ponto de percepção visual é sem dúvida um dos atributos perceptivos mais marcantes da área de estudo. O Morro do Lampião aparece nos estudos de Andrade (2008), como componente do “Eixo Inter-Mares”, compreendido entre a Baía Sul e a Praia do Campeche. Olhando na direção nordeste, é possível visualizar a Lagoa Pequena a cobertura vegetal ainda presente entre ela e a praia e a ocupação em seus arredores (Figura 36). Na direção leste avistamos o mar em toda a sua extensão e a Ilha do Campeche (Figura 37). À oeste é possível vislumbrar a porção continental de Florianópolis e as pontes de conexão entre a ilha e o continente, onde destaca-se o reconhecido cartão postal da cidade: a Ponte Hercílio Luz (figura 38).

Figura 36 - Mirante do Morro do Lampião com vista para a Lagoa Pequena.



Foto: Mário Sérgio de Jesus, 2010.

Figura 37 - Mirante do Morro do Lampião com vista para a Ilha do Campeche.



Fonte: Alexpoffo / panoramio.

Figura 38 - Mirante do Morro do Lampião com vista para a ponte Hercílio Luz.



Fonte: Alexpoffo / panoramio.

4.1.4 Marcos históricos

Como marcos históricos são privilegiados os espaços livres de interesse histórico cultural que, geralmente, permaneceram como remanescente da ocupação urbana pioneira. Estes espaços costumam ser testemunhas da história e representativos dos valores tradicionais, que requerem ser identificados e avaliados, portanto deveriam ter a ocupação urbana limitada (Bolós, 1992 apud Tardin, 2008 p. 155).

A importância da avaliação e conservação dos marcos históricos consiste na sua capacidade de reforçar a relação entre a comunidade local e seu entorno. Geralmente estes lugares caracterizam-se como um local de práticas comunitárias, geralmente contém elementos construídos que tem alto valor simbólico que auxiliam na manutenção do seu significado para os moradores e também imprimem um caráter ao lugar fortalecendo sua identidade. No estudo de caso os marcos históricos reconhecidamente importantes são: a Igreja de São Sebastião do Campeche e o Campo de Aviação.

A Capela de São Sebastião do Campeche (Figura 39) foi erguida segundo relato de alguns moradores nativos, por volta de 1826, por ordem de Francisco Martins e executada pela família Palmeiras. O conjunto formado pela Capela, Adro, Teatro do Divino e Cruzeiro faz parte do Patrimônio Histórico do Município de Florianópolis e é

considerado Área de Preservação Cultural do tipo 1 (Interesse Histórico) pelo Plano Diretor em vigor em 2012. Além do valor histórico, o conjunto é atraente por sua localização privilegiada que permite a conexão visual com a Ilha do Campeche e Morro do Lampião e conduzir à orla através de uma trilha existente.

Figura 39 - Igreja de São Sebastião do Campeche.



Foto: acervo pessoal, 2011.

O Campo de Aviação (Figura 40) é reconhecido por seu valor histórico cultural e por sua extensa área livre com cobertura vegetal. Segundo relatos, o terreno foi adquirido, na década de 1920, pela empresa Air France. O correio aéreo francês Sociêté Latécoère utilizava a área como um ponto de apoio para o reabastecimento dos voos entre Paris e Buenos Aires. O comandante da rota, Antoine de Saint-Exupéry, aproveitava para descansar e fez amizade com os moradores da região, sendo carinhosamente chamado por eles de Zé Perri. Iniciada a 2ª Guerra Mundial, o serviço aéreo postal da empresa francesa foi interrompido e os pilotos foram convocados para guerra. Saint-Exupéry não mais frequentou o Campeche. Este lugar é marcante por sua extensão e localização, sendo um importante elemento paisagístico presente na área.

Figura 40 - Campo de Aviação.



Fonte Google Street view, acesso: agosto de 2012.

Os atributos perceptivos presentes no estudo de caso demonstram como os elementos componentes daquele lugar são relevantes na conformação da identidade visual do Campeche. Considerando que a análise foi realizada a partir da percepção visual torna-se evidente a qualidade intrínseca destes elementos materiais que estruturam a paisagem sendo merecedores de qualificação alta no que se refere à qualidade visual.

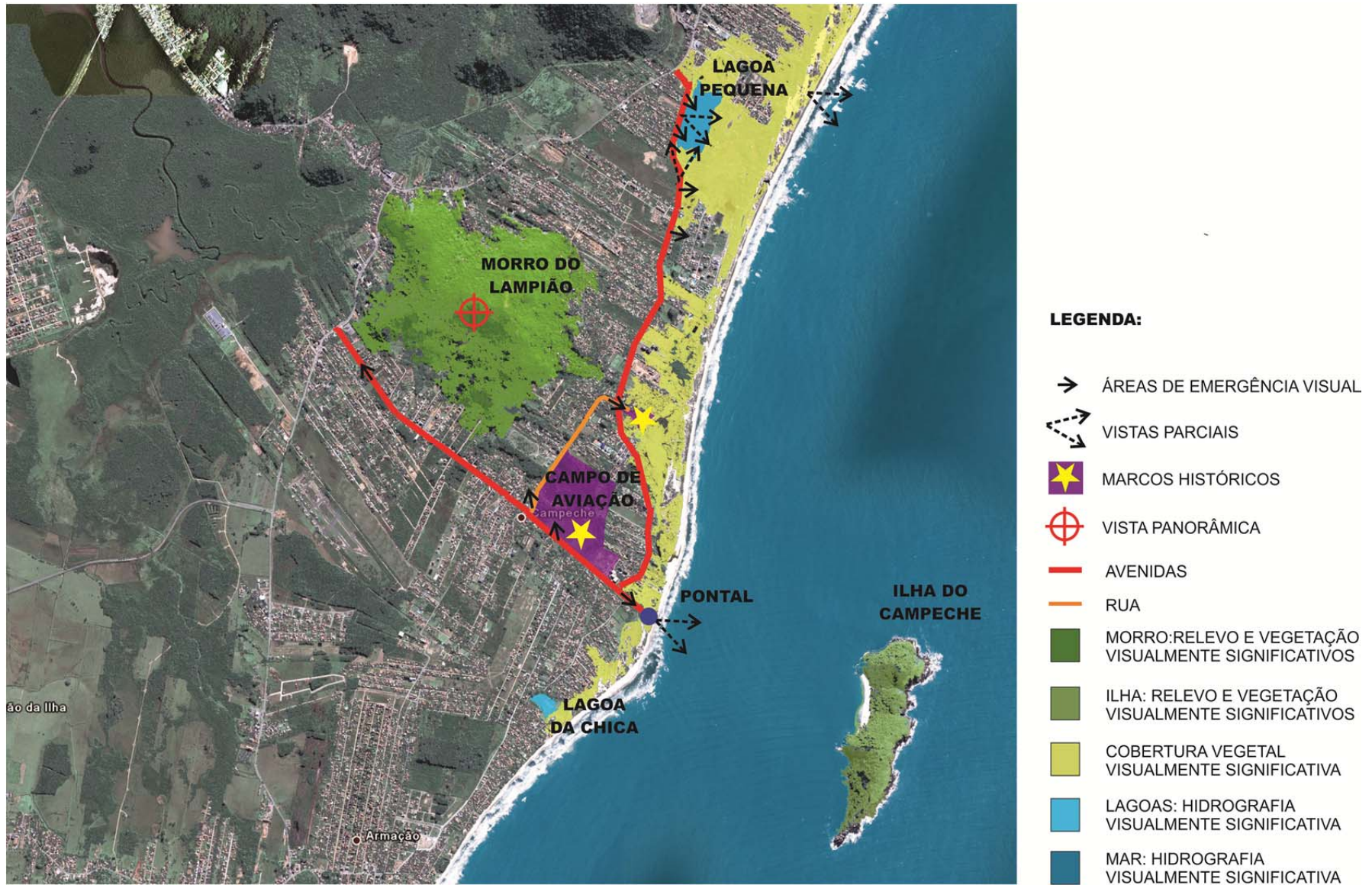
Realizando um breve resumo dos pontos apresentados, podemos elencar aqueles em destaque:

- Elementos cênicos: Morro do Lampião, Ilha do Campeche, Lagoa Pequena, Lagoa da Chica, a orla e a vegetação de restinga.
- Áreas de Emergência Visual: vistas a partir da Avenida pequeno Príncipe, Avenida Campeche e Rua da Capela.
- Fundos cênicos: vistas parciais da Avenida Campeche para a Lagoa Pequena, das dunas para a praia e do Pontal para o mar; e a vista panorâmica a partir do Morro do Lampião.
- Marcos históricos: Campo de Aviação e Igreja de São Sebastião do Campeche.

O Campeche possui inúmeros atributos paisagísticos e neste estudo foram apresentados aqueles de maior destaque a partir da percepção visual da autora.

A seguir apresentaremos um mapa síntese dos atributos perceptivos elencados a fim de permitir uma visão mais aproximada da relação existente entre eles e sua localização espacial.

Figura 41 - Mapa síntese dos elementos da paisagem.



Fonte: Imagem do Google Earth com edição da autora.

4.2 O PLANO DIRETOR COMUNITÁRIO E SUA ABORDAGEM SOBRE A PAISAGEM

Antes de iniciar a apresentação do I e do II Seminários Comunitários de Planejamento do Campeche, é importante recapitular as origens deste plano para compreender a sua relevância enquanto expressão máxima dos anseios da comunidade no que se refere à preservação da identidade local. O plano revela a preocupação dos moradores com a manutenção das características ambientais relacionadas à vocação do Campeche considerando não só os aspectos naturais, mas a história e cultura do lugar.

A luta da comunidade pela preservação da identidade do lugar iniciou na década de 1980 e foi concretizada na década de 1990 quando os surfistas da Associação de Surf do Campeche, a associação dos moradores e o MCQV organizaram o processo de elaboração do Plano Diretor Comunitário.

É importante salientar que neste momento, o conteúdo apresentado é considerado como a expressão da comunidade a partir da sua vivência e relação com o lugar, ou seja, consideramos que aqui, o agente modelador do espaço é o observador que expressa a leitura da paisagem e seus anseios no que se refere à manutenção das suas características singulares através deste plano.

4.2.1 O “I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche” e o Dossiê Campeche.

O Dossiê Campeche publicado em novembro de 1997, por iniciativa do Movimento Campeche Qualidade de Vida, apresenta em seu conteúdo a descrição do Plano de Desenvolvimento do Campeche – PDC proposto pelo IPUF para a Planície do Campeche, o lugar com suas informações geográficas, recursos naturais, culturais e históricos bem como a realidade urbano rural de ocupação seguidos de uma crítica interdisciplinar à concepção do PDC proposto pelo IPUF com base nos pareceres técnicos dos profissionais da UFSC e nas discussões levantadas pelo Movimento Qualidade de Vida, no bairro Campeche. Por fim, são apresentadas diretrizes e propostas para um planejamento da Planície do Campeche resultantes das discussões realizadas no I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche realizado nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 1996.

No documento denominado Dossiê Campeche é feito um relato da situação em que se encontrava a área não só no que diz respeito a sua

característica urbano-rural, mas no que se refere à ocupação. Isto para apresentar um panorama da realidade ali encontrada naquela ocasião. O estudo apontava que na região nordeste e leste (nas proximidades da Lagoa Pequena) cerca de 60% das dunas encontravam-se desocupadas mantendo a vegetação de restinga²²; e que ao sul a partir da Avenida Pequeno Príncipe até o Morro das Pedras a ocupação desordenada predominava inclusive contornando a Lagoa da Chica e chegando a atingir a orla marítima em alguns pontos. Ratificava também que o crescimento desordenado da região, com a conivência dos órgãos competentes gerou um panorama desastroso na paisagem, mas considerava que esta aparente desordem é resultante da apropriação espacial pela população, que é reflexo da cultura local, e que poderia ser observada a organização histórica do bairro e sua continuidade deveria ser garantida pelo Plano Diretor enquanto produto da coletividade²³. Outro aspecto relevante foi a crítica feita ao plano proposto pela municipalidade onde se observava a destinação de algumas áreas de atrativo paisagístico para o segmento economicamente mais alto da população²⁴.

Outro fator destacado era a preocupação com a alteração da silhueta da Planície proposta pela prefeitura, transformando a horizontalidade contrastante com a harmonia dos morros da região em uma verticalização incômoda e desnecessária, o que para a comunidade desfiguraria toda a sua estética natural que é o seu grande atrativo. Além disso, o diagnóstico apontava que o plano proposto pelo município ignorava a complexidade dos ecossistemas ali existentes e defendia que dunas, restingas e manguezais são riquezas que deveriam ser resguardadas.

Neste “I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche”, foram formuladas diretrizes e propostas alternativas feitas a partir do trabalho de quatro comissões temáticas: Comissão de Recursos Naturais

²² A manutenção da vegetação de restinga é importante, pois atenua a erosão marinha e auxilia na recarga do lençol freático.

²³ É importante salientar que aqui fica expressa a preocupação da comunidade em preservar a identidade do lugar e como considera importante o homem como agente modelador do espaço e a manutenção das características materializadas a partir desta relação existente entre o homem e a natureza.

²⁴ Mais uma vez torna-se evidente que a comunidade buscava preservar as características do lugar, não sendo conivente com o plano proposto pelo município que tinha caráter altamente segregador e que privilegiava os “novos moradores” em detrimento da população local que era basicamente composta por famílias de baixa e média renda.

e Zoneamento Urbano, Comissão Sistema Viário, Comissão Saneamento Básico e Comissão Espaço Público. Como base para elaboração das propostas tomaram-se os estudos da legislação que regulamenta o solo e proteção ambiental, além da análise do potencial dos recursos e atributos naturais e culturais existentes na área de abrangência do plano.

- A Crítica

De acordo com o MCQV com base nos pareceres, a ocupação proposta pelo órgão de planejamento é incompatível com as características naturais da região, pois é concebida a partir da visão da Planície do Campeche de forma isolada do resto do município. O modelo adotado propõe o isolamento da população em unidades espaciais autônomas (UEPS), separando grupos sociais, criando condições de segregação.

Ao reservar áreas privilegiadas e de atrativo paisagístico a um segmento de maior poder aquisitivo, o plano propõe a segregação dos moradores de acordo com sua condição social.

Além disso, o plano proposto alteraria a silhueta da Planície através da verticalização desfigurando a paisagem que é seu grande atrativo e ignora que a Planície do Campeche tem suas características marcadas pela sua natureza rural e próxima ao mar, desconsiderando os padrões urbanos característicos da Ilha.

Outro problema apontado é a previsão de ocupação por 450 mil habitantes haja vista os pareceres para o uso e limites dos recursos naturais da Planície que indicam a complexidade dos ecossistemas existentes na Planície do Campeche. O uso desmedido dos recursos naturais, previsto pelo planejamento público, causaria problemas de abastecimento no futuro, de acordo com os pareceres dos ecólogos, engenheiros sanitaristas, juristas e do COMDEMA.

A crítica questiona a vocação do lugar e a indução do crescimento demográfico para a região muito acima do previsto de acordo com os dados do IBGE.

A alta densidade populacional prevista (e induzida pelo planejamento proposto) geraria uma completa desfiguração do lugar e da estética natural existente e alteraria a dinâmica de vida das pessoas.

O sistema viário proposto tende a gerar centros funcionais afastados fisicamente uns dos outros sem o aproveitamento dos potenciais fluxos de passagem gerados, transformando-os em vias de trânsito rápido que cortam porções urbanas funcionando como barreiras

ao relacionamento cotidiano entre os moradores das distintas partes. Além da fragmentação do tecido urbano a via parque próxima à orla ocuparia áreas de preservação como as de dunas e restingas e as vias expressas propostas modificariam substancialmente a vida da região fragmentando-a e recriando-a de forma impessoal e sem identidade com as relações de vizinhança existentes.

Além disso, o reordenamento das vias de circulação proposto pelo IPUF acabaria ditando novas normas de convivência que nada tem a ver com contexto do lugar, onde a praia é o “mote” da vida das pessoas e o seu maior espaço público a ser preservado, junto com as lagoas e reservas verdes ainda existentes.

A ocupação prevista pelo PDC envolve aterramentos, concretagem, asfaltamentos, autopistas e construções que ocasionariam a impermeabilização impedindo a infiltração natural das águas da chuva que reabastecem os lençóis freáticos limitando ainda mais os recursos hídricos e comprometendo o abastecimento futuro.

- As Diretrizes e Propostas Alternativas

A formulação das propostas da comunidade baseou-se nos estudos das legislações regulamentadoras do uso do solo e proteção ambiental e na análise do potencial dos recursos a atributos naturais e culturais existentes na área abrangida pelo Plano de Desenvolvimento do Campeche (Tapera, Ribeirão da Ilha, Aeroporto, Carianos, Ressacada, Sul da Lagoa da Conceição, Rio Tavares, Campeche e Morro das Pedras).

A partir dos trabalhos realizados pelas quatro comissões temáticas (Comissão de Recursos Naturais e Zoneamento Urbano, Comissão de Sistema Viário, Comissão de Saneamento Básico e Comissão de Espaço Público) foram estabelecidas diretrizes para um zoneamento urbano compatível com a sustentabilidade e com as áreas de preservação.

A seguir, serão apresentadas as diretrizes provenientes das comissões específicas.

a) Comissão de recursos naturais e zoneamento urbano

Esta comissão descreve a Planície e os recursos naturais a serem preservados e propõe alternativas ao plano de desenvolvimento proposto.

Recursos naturais hídricos:

- Lagoas Pequena, Chica, Peri e Laguna da Conceição;
- Nascentes e rios: Tavares, Noca, Rafael e pequenos ribeirões que afloram na mata Atlântica do Maciço do Pirajubaé e desembocam próximos à área de exploração de pedras (Pedrita), na planície litorânea do Campeche;
- Lençol subterrâneo da planície litorânea, cujas águas abastecem toda a região da Costa Leste e Sul da Ilha (exceto da Armação e Pântano do Sul);
- Manguezal do Rio Tavares e da Tapera (limites na baía Sul, entre o rio Tavares, Aeroporto, Norte da Tapera e Ribeirão da Ilha);
- Praias da Joaquina, Campeche, Morro das Pedras e Tapera.
- Recursos naturais do solo:
 - Solo arenoso frágil, inconsolidado e acumulador de água;
 - Dunas com restingas e áreas alagadas (lagoas Pequena e da Chica);
 - Morros do Lampião, Costeira, das Pedras e da Tapera.
- Recursos naturais vegetais:
 - Manguezal do Rio Tavares e da Tapera;
 - Restingas e vegetação de planície;
 - Mata Atlântica.
- Recursos culturais, históricos e arqueológicos:
 - Antigo campo de pouso da companhia postal francesa;
 - Hangar (Centro Comunitário);
 - Trilhas naturais;
 - Ilha do Campeche (inscrições rupestres);
 - Sítios arqueológicos (Lagoa Pequena, Joaquina e Rio Tavares);
 - Igrejinha.

Além da preservação dos recursos naturais elencados, a comissão propõe a inserção de ruas, avenidas, servidões, acessos à praia, o Aeroporto e as atividades de maricultura, pesca, apicultura, agricultura e pecuária de pequeno porte no zoneamento urbano a fim de preservar as características culturais do lugar.

Outro fator considerado prioritário é a manutenção da permeabilidade do solo para a manutenção do lençol freático, rejeitando-se a construção de supervias expressas, autódromo e grandes edificações a fim de evitar a demasiada impermeabilização do solo que impediria a recarga do aquífero de abastecimento público ocasionando futuramente a escassez de água.

Definiu-se ainda a proibição de aterramentos de brejos, dunas e areias, além da preservação das lagoas a fim de garantir reservas de água para um abastecimento de qualidade e suficiente para os habitantes atuais e futuros.

Considerou-se prioridade a construção de rede de esgoto e de um sistema de tratamento de efluentes gerados na planície.

Preservação das praias

Neste item, a Comissão aponta uma série de medidas:

- Manutenção das praias como áreas de lazer, para tanto, a necessidade de preservar as restingas a fim de impedir a erosão marinha e a perda dos cordões de dunas;
- Fiscalização para impedir as construções sobre as dunas e outras áreas de marinha e a contaminação das praias proveniente de ligações clandestinas de esgoto;

Preservação do Manguezal do Rio Tavares e da Tapera

A comissão considera fundamental a preservação dos manguezais por serem imprescindíveis à manutenção da atividade pesqueira na região e do ciclo de vida ali existentes, responsáveis, em grande parte, pela perenidade da cadeia biológica marinha na região costeira.

Além disso, propôs-se a alocação da estação de tratamento de efluentes em área de domínio do aeroporto, entre o manguezal do rio Tavares e a estrada-geral Campeche-Armação, por estar ainda desocupada, impedindo a ocupação do manguezal e evitando desapropriações futuras.

Propôs-se ainda que a área da Cachoeira do Rio Tavares, pertencente à CASAN, seja destinada à preservação como área verde de lazer (AVL) ou área pública destinada a atividades comunitárias.

b) Comissão de sistema viário

A Comissão de Sistema Viário, em seu parecer, rejeita integralmente as proposições do plano diretor do IPUF e exige a elaboração de um novo Plano Diretor, cuja conceituação leve em consideração as decisões do Primeiro Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche.

A crítica baseia-se na inconstitucionalidade da proposta do IPUF que fere as legislações de proteção ambiental e estimula o desequilíbrio

sócio cultural do bairro, cujas consequências seriam imprevisíveis na qualidade de vida da comunidade ao conceber uma proposta de planejamento com previsão de 450 mil habitantes para a região, contando com um sistema viário incompatível com o ecossistema e o modelo de vida do bairro.

Assim, a comissão propõe a manutenção das passagens e ruas históricas, a priorização do sistema de transporte coletivo e a proteção do pedestre a fim de garantir a capilaridade do sistema proporcionando a integração e vivência do sistema viário.

Objetivamente, a comissão propõe:

- O aproveitamento dos traçados viários existentes e adequação dos trechos críticos com base em estudos técnicos detalhados sobre a necessidade de alargamento e/ou modificação de ruas, visando a ampliação e priorização do serviço de transporte coletivo;
- Planejar o sistema viário segundo o conceito de integração de vias, em vez de isolamento;
- Projetar o sistema viário priorizando a implantação de terminais de integração a fim de incentivar o uso do transporte coletivo;
- Criar mecanismos eficazes de proteção às áreas de domínio do sistema viário para direcionar e viabilizar o crescimento futuro;
- Articular o planejamento do sistema viário a uma perspectiva populacional que não agrida ou comprometa a qualidade de vida do bairro, rejeitando qualquer vínculo com a projeção de 450 mil habitantes;
- Adotar o cumprimento da legislação ambiental como diretriz para o planejamento do sistema viário;
- Definir e consolidar os acessos à orla marítima garantindo a preservação dos caminhos históricos e projetando os necessários, para facilitar e harmonizar a integração entre a comunidade e o mar;
- Criar bolsões de estacionamento que atendam o fluxo de veículos na área balneária, respeitando a legislação ambiental e observando um distanciamento que permita o acesso à praia apenas para pedestres, cujos recursos arrecadados com o uso destas áreas devam compor um fundo para a preservação ecológica do Campeche;
- Planejar a implantação de uma malha cicloviária no bairro, que permita a conexão intra-bairros;

- Estabelecer o sistema de calçamento como critério para a pavimentação de ruas, em vez do asfaltamento, evitando a impermeabilização do solo e o comprometimento do lençol freático;
- Planejar o sistema viário com tratamento paisagístico considerando as propostas existentes de transformação do Campeche em “Bairro Jardim”;
- Adequar os equipamentos urbanos do sistema de transporte coletivo (pontos de ônibus) às condições do clima, à paisagem natural do bairro para que protejam o usuário e sejam harmônicos com a natureza;
- Garantir a proteção dos sítios arqueológicos no planejamento do sistema viário;
- Priorizar a implantação de passeios e calçadas, com tratamento paisagístico adequado, considerando a característica balneária do Campeche e a necessidade de garantir a integração comunitária;
- Implantar melhorias no sistema viário concomitantemente com as estruturas dos serviços de água, saneamento e galerias pluviais a fim de evitar a necessidade de mutilação do sistema no futuro;
- Respeitar as decisões da comunidade na elaboração do projeto de sistema viário, adequando-as às formulações técnicas, já que o sistema é fundamental na definição do modelo de crescimento do bairro.

c) **Comissão de saneamento básico**

De acordo com esta comissão o planejamento do Campeche deve contemplar como pré-requisito as questões referentes à água, esgoto e drenagem e para a ocupação do espaço, deve ser considerado o Ecossistema, conforme os preceitos da Agenda 21, cap. 18, sobre Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos.

As propostas:

- Que a CASAN planeje o sistema de tratamento de esgoto do sul da ilha considerando as sugestões da comunidade;
- Criação de um Comitê formado por representantes da comunidade junto à CASAN, IPUF, FATMA, FLORAM e Vigilância Sanitária Municipal, com o objetivo de buscar soluções compatíveis com as condições naturais da região no que diz respeito às questões hidro-sanitárias;

- Buscar parcerias para a implementação de alternativas de tratamento do esgoto doméstico nas áreas mais críticas;
- Avaliar a possibilidade do uso da área do cone de aproximação do aeroporto como local para a instalação de um sistema de tratamento de esgoto para a região;
- Que o IPUF apoie a constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica da região, conforme a lei federal nº 9 433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e dele participe a fim de definir as questões relativas ao tema, em conjunto com os demais participantes, na elaboração do planejamento;
- Buscar através da Câmara de Vereadores e Executivo Municipal a criação de uma legislação adequada que determine a obrigatoriedade da instalação de sistemas de tratamento de esgotos compatível com as condições naturais da região como condicionante para a liberação de loteamentos e a aprovação da legislação adequada que proíba a execução de qualquer empreendimento que venha a se contrapor ao plano diretor de consenso da comunidade;
- Garantir o monitoramento e fiscalização dos sistemas a serem implantados;
- Garantir o respeito à lei 7.661/88, art. 10, que assegura o livre e franco acesso de pessoas ao mar;
- Que a densidade populacional projetada obedeça aos limites estabelecidos por estudos técnicos, dentro das possibilidades de sustentação ambiental.

d) Comissão do espaço público

Considerando que o espaço público não é só a configuração física, mas o acesso da população a determinados espaços e equipamentos, são espaços para estas propostas:

- As áreas de preservação ambiental;
- Os espaços constituídos historicamente pelo uso da população;
- O acesso a equipamentos de uso coletivo de saúde, educação, transporte, lazer e cultura.

Propostas:

- Preservação de toda a extensão da orla marítima, que se compõe de dunas e restingas, a fim de garantir o livre acesso da comunidade a esses ecossistemas;
- Preservação das áreas que compõem a lagoa da Chica, em forma de parques que disponham à comunidade espaços de lazer e de manifestações culturais;
- Transformação do Morro do Lampião em um parque com trilhas ecológicas, para garantir a sua preservação, regulamentando a sua utilização no sentido de evitar depredação e desmatamento;
- Preservação da área do antigo campo de aviação pelo seu valor histórico e cultural, como área de lazer público, sem cortes pelo sistema viário;
- Criação de um espaço cultura no antigo hangar da Air France que, junto com a escola e o campo de aviação, constituirá um amplo espaço destinado ao lazer, à cultura e ao esporte, podendo abrigar, ainda, uma biblioteca, um museu de aviação, da história do Campeche, entre outros equipamentos públicos;
- Incentivo às atividades de ecoturismo para as áreas de parque, integrando a Ilha do Campeche, hoje ameaçada de privatização;
- Definição e a exigência do cumprimento da legislação pelos loteadores, para que equipem as áreas loteadas com espaços para uso público.

Propostas adicionais:

Além daquelas propostas apresentadas pelas comissões figuram, ainda, algumas de ordem geral aprovadas pelos participantes:

- Retomada das áreas de preservação atualmente ocupadas, buscando uma solução alternativa às pessoas que ali habitam;
- Buscar junto ao IPUF uma aproximação com a comunidade, através da disponibilização de corpo técnico para trabalhar em conjunto com os moradores nas questões relativas ao Plano em discussão;
- Regulamentar, imediatamente, o uso de jet-ski nas praias;
- Envolver as demais comunidades do sul da Ilha nas discussões sobre o Plano, para que as soluções sejam

pensadas coletivamente e respeitem as necessidades ambientais da região como um todo;

- Os participantes manifestaram sua preocupação com a votação do Plano Diretor do Campeche e propuseram que para a sua aprovação na Câmara Municipal sejam respeitadas as exigências previstas para a votação do Plano Diretor do Distrito Sede, em seu art. 239/ Lei Complementar 001/97 que exige:
 - Estudo de impacto ambiental;
 - Parecer do IPUF;
 - Publicação na imprensa local;
 - Duas votações com prazo de 30 dias entre elas.

Além disso, foi proposto que se tente modificar a votação por maioria simples para a de dois terços.

A partir desta síntese podemos considerar que a elaboração do documento, denominado “Dossiê Campeche”, teve como ponto principal a luta da comunidade em preservar o que ainda não havia sido destruído pelo processo de urbanização desordenado, que aconteceu alheio à legislação vigente. Desde o início da sua elaboração percebe-se a necessidade de caracterização do “lugar” utilizando para isso um estudo das suas feições geomorfológicas e ambientais que indicava a conscientização da população local em conhecer o espaço em que vivia e que pretendia proteger através desta proposição. Isso só foi possível, a priori, a partir da experimentação do lugar e da percepção visual dos seus elementos estruturadores e da própria experiência de vivenciar este espaço. A identidade é a demarcação territorial através de símbolos e a manutenção do lugar expressa a necessidade de preservar a identidade.

Neste primeiro momento, a comunidade definiu como ponto de partida a preservação das características naturais, culturais e históricas do Campeche, visando preservar a sua vocação natural de bairro residencial com características urbano-rurais. O que os moradores buscavam neste momento nada mais era do que a manutenção do seu modo de vida, ou seja, a preservação da sua identidade que é fortemente calcada na cultura da pesca e da pequena agricultura, representada pela figura do nativo. O mais interessante é a forma como os moradores “recentes”, ou seja, aqueles que escolheram o Campeche para morar e que, em princípio não tem esta lógica arraigada em sua vida, desejam a manutenção destas características e isso é justificável pela busca da

qualidade de vida, cuja primeira relação que se faz é com as características do ambiente em que se vive.

El paisaje es un constructo, una elaboración mental que los hombres realizamos a través de los fenómenos de la cultura. El paisaje, entendido como fenómeno cultural, es una convención que varía de una cultura a otra [...]. (MADERUELO, 2006, p.17).²⁵

4.2.2 Síntese do “II Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche”

O II Seminário realizado entre os dias 30 e 31 de março de 2007 objetivava revalidar ou atualizar as diretrizes estabelecidas pela comunidade, em 1997, em contrapartida ao plano elaborado pelo órgão de planejamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Desta vez, estava respaldado pela Lei 10.257/01, que instituiu o Estatuto da Cidade que garante a participação popular no processo de planejamento. Novamente foram estabelecidos grupos temáticos para avaliação e atualização das Diretrizes estabelecidas no I Seminário e o resultado foi apresentado na forma de um Relatório de Rebatimento do Plano Diretor elaborado em 2009 pelo Núcleo Gestor Distrital do Campeche (Anexo).

Novamente o grupo afirmou a necessidade de preservar os recursos naturais e culturais mencionados pelas diretrizes do I Seminário, e houve a indicação da necessidade de elaborar um mapa completo das áreas de preservação da Planície do Campeche que deveria contemplar:

- Demarcação oficial dos limites das dunas;
- Delimitação e Demarcação das lagoas Pequena e da Chica;
- Mapa hidrológico dos rios e córregos, demarcando suas áreas de proteção, matas ciliares e etc;
- Definição e demarcação das áreas remanescentes ou em fase de recomposição da Mata Atlântica;
- Definição e demarcação das áreas remanescentes ou em fase de recomposição do solo e mata de restinga;
- Acrescentar a Ilha do Campeche não somente como espaço cultural a ser preservado, mas também, como área de preservação ambiental e assim estudar o estabelecimento de um imposto marítimo para visitação à Ilha do Campeche;

²⁵ A paisagem é uma construção, uma elaboração mental que realizamos através dos fenômenos da cultura. A paisagem, entendida como fenômeno cultural, é uma convenção que varia de uma cultura para a outra. (tradução nossa)

Também foi colocada a necessidade de um estudo detalhado dos recursos hídricos e seus limites. A preocupação com a destruição dos sítios culturais, como engenhos e a necessidade de demarcação dos sítios arqueológicos e neste sentido estabelecer estas áreas como critérios para a definição de áreas de preservação. Outro ponto de destaque, considerando os dados disponíveis referentes aos recursos hídricos, foi a proposta de manutenção de um limite populacional de 100 mil habitantes para toda a planície, devida à informação fornecida pela CASAN.

Com relação aos equipamentos urbanos e atividades econômicas foi discutido o tema preservação ambiental e cultural e também levantado o tema relativo às atividades ecológicas ou de geração de emprego sustentáveis: ecoturismo, horto florestal, esportes ecológicos, instituto oceanográfico, entre outras discutidas no I Seminário, além da necessidade de manter áreas rurais dentro do zoneamento da região e foi discutida a necessidade de orientar a comunidade sobre geração de emprego e uso da terra preservando a natureza, especialmente na orla, associada a projetos permanentes de educação ambiental. Além disso, propôs-se alteração na legislação de loteamentos a fim elevar o percentual destinado às áreas verdes e ainda modificar o índice de ocupação para as áreas mais vulneráveis.

Foi colocado o tema do “direito à paisagem”, da necessidade decorrente de evitar o surgimento de prédios na orla limitando o gabarito a somente dois pavimentos e também foi criticado o tipo de urbanização facilitado pelos dois pavimentos mais pilotis, tipologia dos prédios que caracterizam o loteamento Novo Campeche.

Outro tema importante definido neste II Seminário foi a proposição de novas formas de fiscalização sugerindo até um projeto de fiscalização comunitária, além do levantamento da necessidade de punição rigorosa aos infratores a fim de coibir a violação da legislação vigente.

Foi proposta a realização de um estudo detalhado das áreas ambientalmente agredidas a fim de estabelecer um processo de recuperação destas áreas prevendo punição aos infratores. Em destaque a necessidade de um projeto de recuperação do Rio Noca e do Rio Rafael.

Em relação ao sistema viário retomou-se a proposta do Parque Orla do Campeche de 1997, que substituiria as vias largas propostas pelo plano da municipalidade, por calçadas, ciclovias, parques com equipamentos esportivos além de estruturas que favoreçam o turismo. Além disso, a proposição de um circuito de calçadas e ciclovias ao

longo da orla em áreas que não comprometessem dunas e vegetação, como alternativa à privatização das praias. Outro ponto importante apresentado foi o incentivo ao uso de bicicletas já que a topografia de planície é adequada a este meio de transporte.

O grupo também propôs a criação de um conselho distrital de Cultura a fim de promover atividades culturais na região.

Neste segundo momento podemos avaliar que houve um refinamento da proposta e, principalmente, que as diretrizes gerais deste plano, estabelecidas e publicadas na ocasião do “I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche” (dez anos antes!) não mudaram. Isso demonstra como a comunidade reconhece este lugar e tem consciência do seu papel enquanto agente modelador do espaço. Ao reconhecer que a paisagem materializada que revela seu passado e sua história é fruto da sua própria construção, está preparada para definir o futuro do lugar em que vive.

Nesta etapa de planejamento os moradores buscaram alternativas para subsidiar os pontos definidos anteriormente. Aliando a preservação da natureza e da paisagem às atividades que dão suporte a vida, através da geração de emprego e renda, baseada na vocação do lugar e ainda buscando um terreno sólido na sustentabilidade²⁶.

Além da evidente maturidade na elaboração da proposta, e na busca de alternativas que atendam as premissas do plano, ainda é possível constatar a preocupação não só com a preservação da paisagem aqui representada pelos seus elementos naturais (lagoas, orla, morro, etc) não só com intenção de proteger o que ainda existe²⁷, mas ainda buscando recuperar o que já foi degradado. Outra definição importante que releva a preservação da paisagem é a proposição do Projeto Orla do Campeche que incentiva o uso de meios de transporte alternativos, dá suporte ao turismo e ao mesmo tempo protege esta área da privatização (já em processo avançado naquela ocasião), além de garantir o livre acesso à praia.

Mais uma vez os elementos em destaque na proposta da comunidade são os mesmo elencados dez anos antes: Lagoa Pequena, Lagoa da Chica, Rio do Noca, praia do Campeche, dunas, restingas,

²⁶ Este pensamento é evidenciado quando a comunidade propõe oficinas comunitárias, projetos que visam a conscientização para a preservação da natureza e estímulo ao uso de meios de transporte alternativos.

²⁷ Através de demarcação e delimitação de áreas a serem preservadas, proposição de uma fiscalização mais eficaz que inclui um sistema de fiscalização comunitário e punições aos infratores.

Morro do Lampião, Campo de Aviação, Ilha do Campeche e a Igrejinha. A diferença, ou melhor, a evolução consiste na forma como a comunidade buscou alternativas para preservar estes elementos através de soluções que consistiam não em preservar dentro daquela lógica ultrapassada de “manter intocado”, mas através de mecanismos de conservação baseados no uso efetivo destas áreas, considerando que as atividades humanas e os processos naturais coexistem através de diferentes possibilidades relacionadas à vocação de cada área, permitindo a valorização não só dos elementos de composição da paisagem e de suas qualidades intrínsecas, mas também através das suas características históricas e culturais.

4.3 ELEMENTOS PROCEDENTES DAS LEITURAS DA PAISAGEM

A leitura da paisagem no Campeche a partir dos seus atributos perceptivos e a análise do plano diretor comunitário demonstraram a existência de elementos físicos (naturais e artificiais) que imprimem características singulares ao local. Estes elementos são símbolos que contribuem na formação da identidade do lugar, por isso permanecem ali, transformados ou intocados.

A seguir, serão apresentados os elementos que configuram a paisagem construída no Campeche resultante do processo de ocupação da área e testemunham a ação do homem sobre a natureza. A presença destes elementos nas duas leituras indica a sua relevância na configuração da imagem do lugar.

4.3.1 Lagoa da Chica

A Lagoa da Chica (Figuras 10, 11 e 12) situada entre o Campeche e as Areias do Campeche, tem uma superfície de 0,10 km² e foi tombada pelo Decreto Municipal 135/88 como patrimônio natural e paisagístico de Florianópolis é uma área de preservação permanente e de responsabilidade da FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente). Seu espelho d'água vem sofrendo intensa redução por causa da invasão das construções, que não respeitam os limites de preservação estabelecidos naquele decreto lei, e acabam contribuindo para o assoreamento da lagoa. A leitura da paisagem demonstra sua importância como elemento cênico do local. A preocupação da comunidade em preservar a Lagoa da Chica está relacionada não só à

sua importância como elemento hídrico e atrativo visual, mas também por ser um espaço de lazer e cultura em potencial.

4.3.2 Lagoa Pequena

A Lagoa Pequena (Figuras 8, 9, 15, 24, 30 e 36), situada entre o Rio Tavares e o Campeche, tem um espelho d'água de 169.000m² também é tombada pelo Decreto Municipal 135/88. É um importante elemento de manutenção da fauna local e destaca-se como um reservatório natural de água doce sendo um importante atrativo para os moradores e visitantes daquele local que a utilizam para o lazer. A leitura da paisagem mostra que a imensa superfície faz desta lagoa um dos elementos mais marcantes da área devido a sua beleza cênica, tanto como área de emergência visual, numa visão mais aproximada, ou como componente da paisagem como fundo cênico. É um elemento de destaque no plano comunitário por sua importância enquanto elemento hídrico, pelo seu potencial turístico e de lazer para a população local além de sua beleza. Assim como a lagoa da Chica, também sofre com o processo de ocupação da área e falta de fiscalização por parte dos órgãos municipais responsáveis que não conseguem impedir o avanço das construções em seu entorno.

4.3.3 Rio do Noca

O Rio do Noca ou “Riozinho” tem importância como elemento estruturador na paisagem pelo seu valor histórico e cultural. Deságua na Praia do Campeche e sua nascente tem origem no Morro do Lampião. Segundo relatos, foi assim denominado pelos moradores nativos do Campeche há quase um século, e passou a ser chamado carinhosamente pelos surfistas de “riozinho”. Nele muitos nativos aprenderam a nadar, muitas moradoras lavaram roupa e muitos agricultores deram de beber a seus animais. O Rio do Noca sempre serviu de referência de localização para os moradores: "acima do rio", "abaixo do rio", "até o rio". Atualmente, é motivo de polêmica, pois especuladores estão investindo na área. No local foi criado de um “point” onde já ocorreram shows internacionais e assim, o espaço ganhou projeção nacional. A comunidade do Campeche vem travando uma batalha constante na preservação do rio, como um espaço de lazer e uso coletivo contra aqueles que pretendem transformar o rio em um produto cuja imagem estaria à venda. Para os moradores, o Rio do Noca tem importância, pois ajuda a contar a história deste lugar.

Figura 42 - Rio do Noca.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 43 - Rio do Noca desaguando na praia. Ao fundo a Ilha do Campeche.



Foto: Zenório Piana, 2013.

4.3.4 Orla (praia, dunas e restinga)

A orla do Campeche é sem dúvida, um dos seus maiores atrativos. Além da extensa faixa de areia, banhada pelo Oceano Atlântico é reconhecida pela prática de esportes aquáticos e pela tradição pesqueira da comunidade. A composição formada por diferentes elementos (faixa de areia, relevo das dunas, cobertura vegetal de restinga) garantem a sua qualidade visual. A vegetação de restinga por si só já é um espetáculo em suas variações de tamanhos, cores e formas. As áreas de restingas são as mais afetadas pela urbanização e pela falta de infraestrutura de suporte aos usuários da praia.

A proposta da comunidade defende o uso da praia como área de lazer, a preservação das restingas para manutenção do ecossistema²⁸, além de definir e consolidar os acessos à orla marítima, garantindo a preservação dos caminhos históricos e a integração harmônica entre a comunidade e o mar. A fim de responder ao sistema viário, de grandes proporções, proposto pelo IPUF o núcleo distrital do Campeche propôs a criação do projeto Orla do Campeche prevendo calçadas e ciclovias²⁹, parques com equipamentos esportivos além de estruturas que favoreçam o turismo. Esta proposta além de auxiliar na preservação de dunas e vegetação, pode ser uma boa alternativa para coibir a privatização das praias.

4.3.5 Ilha do Campeche

Distante cerca de 2 km da praia do Campeche, a Ilha do Campeche (Figuras 6, 7, 33, 35 e 37), notadamente, é um elemento cênico espetacular e um dos mais belos atrativos de Florianópolis. É considerado um importante santuário ecológico do município, pois apresenta vegetação original de Mata Atlântica e restinga e uma extensa praia voltada para a Ilha de Santa Catarina. Além das belezas naturais a ilha (Figura 44) oferece aos seus visitantes sítios arqueológicos com inscrições rupestres (Figura 45), oficinas líticas e sambaquis, testemunhos da evolução da vida no planeta.

²⁸ A vegetação de restinga auxilia na fixação das dunas e suas raízes também tem papel importante no reabastecimento do lençol freático.

²⁹ Estimular o uso de bicicletas como meio de transporte é uma alternativa viável já que a topografia de planície é adequada a esta atividade

A comunidade defende a sua preservação não só como espaço cultural, mas também, como área de preservação ambiental e propõe o estabelecimento de um imposto marítimo para visitação. Como o número de visitantes é crescente a cada ano, a quantidade de resíduos trazidos por eles também é preocupante, pois representa uma possível ameaça ao patrimônio ali existente.

Figura 44 - Costão e Praia na Ilha do Campeche.



Fonte: .wordpress.com..

Figura 45 - Inscrições rupestres Ilha do Campeche.



Fonte: .panoramio.com.

4.3.6 Morro do Lampião

O Morro do Lampião (Figuras 4, 5, 28, 36, 37 e 38) é o elemento cênico mais representativo do lugar, sua elevação topográfica que contrasta com a planura ao seu redor, propicia um mirante da paisagem com vista panorâmica singular. Seu ecossistema composto por floresta secundária e fauna significativa, somado à sua localização e altitude, tornam este elemento um importante ponto de referência, além de contribuir de forma marcante na identidade visual da área. Sua importância consiste em seu valor ambiental, histórico e cultural, pois ganhou este nome porque servia para a sinalização para os aviões que pousavam no Campo de Aviação.

A comunidade propõe a transformação do Morro do Lampião em um parque com trilhas ecológicas, a fim de garantir a sua preservação, através da sua utilização.

4.3.7 Campo de Aviação

Este elemento da paisagem (Figuras 21 e 40) abrange uma área de 352.000 m² com cobertura vegetal significativa. Sua extensa área livre o torna um importante elemento cênico. O seu valor enquanto elemento a ser preservado consiste na sua qualidade visual e na sua importância como marco histórico do Campeche, pois além de ser a primeira pista para pouso de passageiros de Santa Catarina, foi utilizada pela Companhia Postal Francesa como ponto de conexão entre a França e a Argentina, entre 1925 e 1939. No Campo de Aviação foi construído entre outros equipamentos de apoio o Casarão que dava suporte às atividades e hoje sedia o Centro Comunitário do Campeche.

A comunidade propõe a manutenção da área do antigo campo de aviação pelo seu valor histórico e cultural, como área de lazer público e a criação de um espaço cultural no antigo Hangar da Air France que, junto com a escola e o campo, constituirá um amplo espaço destinado ao lazer, à cultura e ao esporte.

4.3.8 Igreja de São Sebastião do Campeche

A Igrejinha (Figura 39) como é carinhosamente chamada pela população local, foi erguida segundo relato de alguns moradores nativos, por volta de 1826, por ordem de Francisco Martins e executada pela família Palmeiras. O conjunto formado pela Capela, Adro, Teatro do Divino e Cruzeiro faz parte do Patrimônio Histórico do Município de

Florianópolis. Além do valor histórico, o conjunto é atraente por sua localização privilegiada que permite a conexão visual com a Ilha do Campeche e Morro do Lampião e conduz à orla através de uma trilha existente. Uma peculiaridade é o cemitério localizado nos fundos da igreja sobre a restinga. Outra característica singular é o fato de a igreja ter sido erguida “de costas” para o mar, se opondo ao padrão encontrado nas comunidades de origem açoriana que recorrentemente direcionavam suas igrejas para o mar. A necessidade de sua preservação está calcada em sua importância como marco histórico do lugar e sua qualidade visual significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da paisagem que considera a percepção visual, que está relacionada simplesmente ao seu caráter estético é validada considerando o potencial paisagístico associado às belezas naturais tão apreciadas pelos visitantes. E a segunda forma de leitura adotada está relacionada às lembranças, experiências e vivência do lugar, ou seja, ao caráter simbólico e ao papel social da paisagem, associado aqui, ao patrimônio histórico e à singularidade cultural do lugar.

A leitura da paisagem pode ser uma excelente ferramenta de projeto para elaboração de estratégias e orientações que permitam a adoção de medidas específicas com o objetivo de proteger, gerenciar e planejar a paisagem considerando a identidade do lugar, os atores envolvidos neste processo e a comunidade como verdadeiro agente modelador do espaço. O Plano Diretor da comunidade, em suas proposições, considera a disponibilidade dos recursos hídricos e a manutenção da paisagem, levando em conta a preservação dos elementos naturais ali existentes e a interação entre homem e natureza e o modo de vida da população local.

Considerando que o ato fundamental da arquitetura é compreender a vocação do lugar e que o homem é parte integrante do ambiente, é fundamental perceber a importância da participação popular no processo de planejamento do Campeche. A comunidade mobilizada conseguiu apresentar propostas genuinamente vinculadas à vocação do lugar, considerando as características naturais, a preservação da natureza e a sustentabilidade, ao contrário da visão dos planejadores e especialistas que a serviço do Estado, nem sempre respeitam a identidade sócio-espacial construída ao longo de gerações.

O Campeche é um lugar extremamente importante no processo de crescimento do município de Florianópolis. A proximidade com o centro e o aeroporto da cidade, suas características geomorfológicas (uma extensa área plana) além da fácil conexão entre as praias do sul, leste e norte e o núcleo central da cidade, fazem deste lugar uma área bastante visada para a expansão da cidade e suscetível à especulação imobiliária. Porém, há que se considerar no processo de planejamento, a vocação do lugar e sua identidade para que o processo de crescimento não destrua a paisagem tão bela e singular que fazem do Campeche um acervo especial e exemplar, evidenciado pelas relações existentes entre a paisagem, a cultura e os produtos materiais e imateriais gerados pelo trabalho do homem sobre a natureza.

O planejamento urbano do município, desde os primeiros planos diretores, fragmenta a cidade tratando-a de formas distintas e ignora o

desenvolvimento dos núcleos nas regiões além do núcleo central da cidade. O primeiro Plano Diretor de Florianópolis, de 1955, abrange uma pequena área no continente e à área central da ilha, correspondendo ao limite urbano já existente, tendo o maciço do Morro da Cruz como limite da área urbana, apesar de haverem ocupações esparsas por toda Ilha que foram consideradas pelos autores como áreas rurais. O Plano de 1982, em sua aprovação, excluiu a área central e o continente e restringe aos bairros periféricos ao centro: Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi, Saco Grande, Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé. Em 1985, é aprovada a lei 2193/85 “dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Catarina declarando-os área especial de interesse turístico” e estabelece o Plano Diretor dos Balneários. Assim, nestas condições, apresentam-se “dois planos diretores paralelamente”: o Plano Diretor do Distrito Sede e o Plano Diretor dos Balneários. Ainda assim, o processo de ocupação intenso no interior da Ilha e nos “balneários” continua acontecendo à margem da lei. Este processo de planejamento que fragmenta o município e dispõe leis distintas acaba por contribuir para que a urbanização em algumas áreas da cidade, como a Planície do Campeche, acabem se intensificando e acontecendo sem que o planejamento “legal” consiga acompanhar e atuar de forma objetiva e eficiente. Na planície do Campeche as áreas rurais sofreram parcelamento à revelia das proibições (para fins urbanos) previstas pela legislação municipal. Enquanto os técnicos elaboravam o plano, o processo de urbanização acontecia irregularmente.

Desde o início do planejamento – primeiros planos diretores – a municipalidade não acompanhou de perto, nem coibiu o crescimento desordenado e a falta de investimentos em infraestrutura ocasionou uma série de problemas para a região, muitos irremediáveis, como a degradação de mananciais, poluição de córregos, destruição das áreas de preservação permanente: mangues, dunas e restingas, além da geração de problemas crônicos de trânsito gerado pelo número excessivo de veículos incompatível com a estrutura viária.

A Lei 2193/85 que estabelece o Plano Diretor dos Balneários define como áreas urbanas aquelas já consolidadas no interior da Ilha e nos balneários e as demais áreas como AER (Área de Exploração Rural) além das APP (Área de Preservação Permanente). No Campeche as AER deveriam, de acordo com o IPUF, permanecer assim até a aprovação de um novo plano. Porém a urbanização já acontecia informalmente, não aguardando as futuras definições que seriam emanadas do processo de planejamento. Assim sendo, a urbanização

ilegal cresce muito mais rápido que o planejamento urbano e a prefeitura nada fazem a respeito.

A paisagem no Campeche, fruto do processo de ocupação não é consequência da falta de planejamento, mas resulta da adoção de diretrizes e de uma gestão desvinculados da realidade existente no lugar. Não há como pensar sobre planejamento sem levar em consideração a produção social do espaço simplesmente negando o território construído pelas práticas efetivas dos cidadãos. Este tipo de ocupação mal planejada, acompanhada da visão especulativa, acaba modificando a paisagem à medida que transforma significativamente o ambiente natural e as características do lugar.

Através do estudo realizado foi possível observar uma clara diferença de interesses entre aqueles que querem explorar ao máximo o potencial turístico do Campeche e os que buscam a tão desejada qualidade de vida. O primeiro grupo, composto pelos especuladores imobiliários e pela municipalidade que veem na vocação turística um caminho para o progresso, e o segundo grupo, formado pelos moradores locais, que buscam a manutenção das características do lugar. Estas posições divergentes interferiram no processo de planejamento da área, pois dificultaram o diálogo entre as partes.

Nos chama a atenção no Campeche a intensa mobilização da população local no processo de planejamento. Ao longo do estudo é possível verificar como a comunidade busca uma solução para preservar aquele lugar, através de um planejamento que considere sua vocação e sua identidade passando pela manutenção das suas características naturais e culturais. Neste processo é fundamental validar a participação da comunidade, enquanto verdadeiro agente modelador do espaço, e como a percepção destes atores sobre o espaço a partir da sua vivência e vínculo afetivo com o lugar pode ser uma importante ferramenta de planejamento.

Ao caracterizar o espaço, a comunidade, automaticamente elegeu símbolos que auxiliaram na sua identificação com o lugar. Como o Campeche apresenta uma natureza exuberante e uma série de elementos que se destacam não só pelos seus valores enquanto recursos naturais (que são muito bem conhecidos pela população), mas como símbolos do lugar, destaca-se a importância da preservação destes elementos para a manutenção da identidade local.

A partir destas constatações não é difícil entender as premissas do plano diretor comunitário e os elementos em destaque nesta proposição: Lagoa Pequena, Lagoa da Chica, Rio do Noca, praia do Campeche, dunas, restingas, Morro do Lampião, Campo de Aviação, Ilha do

Campeche e a Igrejinha. Todos estes elementos possuem não só qualidade visual, mas também são símbolos que identificam este lugar seja por sua beleza ou por sua história, desta forma, o Campeche pode ser visto como um território único onde a paisagem natural e a artificial (construída pelo homem) se relacionam de maneira indissociável.

Confrontando os dados obtidos, na leitura da paisagem realizada entre 2011 e 2013 e por meio do plano diretor comunitário (elaborado entre 1997 e 2009) foi possível validar a percepção da paisagem manifestada pela comunidade expressa no documento, pois chama atenção a relevância dos elementos da paisagem procedentes destas leituras na configuração da identidade do lugar. As duas leituras referendam a necessidade de se considerar estes elementos da paisagem como estruturadores da identidade do lugar e conseqüentemente a necessidade da sua conservação para a preservação da paisagem do Campeche.

O estudo foi desenvolvido considerando a porção do território que engloba os atributos perceptivos elencados a partir da leitura da paisagem do lugar que se encontram presentes no Plano Diretor proposto pelo Núcleo Distrital do Campeche e não propriamente os limites distritais. Na condição de estudo de caso os resultados obtidos dão conta da validade da metodologia proposta. Têm-se, porém a clareza de que o processo de planejamento urbano deve tomar como referência a região compreendida pela Planície do Campeche em sua totalidade, à medida que a paisagem é construída de forma complexa e resultante do contexto de relações em que se constitui.

Conclui-se ao final deste estudo que a leitura da paisagem aliada à participação popular no planejamento pode ser uma excelente ferramenta para elaboração de estratégias e orientações que permitam a adoção de medidas específicas com o objetivo de proteger, gerenciar e planejar a identidade do lugar.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Betina. Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história: patrimônio de Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2002.
- ANDRADE, Evandro. Os Mirantes da Ilha de Santa Catarina. Patrimônio Paisagístico de Florianópolis. Dissertação de mestrado. PGAU-CIDADE, UFSC. Florianópolis, 2008.
- AZEVEDO, Joaquim R. da Rocha. A conservação da paisagem como alternativa à criação de áreas protegidas - Um estudo de caso do vale do Rio Negro na região do Pantanal – MS. São Paulo, 2002. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-29112006-103621/pt-br.php>>. Acesso em: 18 nov. 2010.
- CAUQUELIN, Anne. A invenção da Paisagem. Coleção Arte e Comunicação - 93. Lisboa: Edições 70. 2008. 146p.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é Ideologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos: 13, 38.ª edição.
- CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny (org). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1998.
- CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 1983.
- FANTIN, Márcia. Cidade Dividida. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. 284 p.
- GUIMARÃES, Pedro Paulino. Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização. São Paulo: ProLivros, 2004. 260p.il.
- IPIUF. Plano Diretor de Florianópolis. Florianópolis/SC, 2000.
- _____. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis. Florianópolis/SC, 2010.
- JABOUR DE FRANÇA, Caroline; RODRIGUES SANTOS, Dino. A preservação das paisagens naturais e antrópicas. Algumas considerações para Vitória. Minha Cidade, São Paulo, 05.055, Vitruvius, fev 2005. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/05.055/1985>>. Acesso em: 18 nov. 2010.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. A Apreensão da Forma da Cidade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.
- LYNCH, Kevin. A Imagem da cidade. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.
- MADERUELO, Javier. El paisaje: génesis de un concepto. Abada Editores, S.L. 2005 / 2ª. Edición, 2006.

MITTMANN, Michel de Andrade. Uma Cidade na Areia: Diretrizes Urbano-Ambientais para a Planície do Campeche. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - PGAU-Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2008.

NESBITT, Kate (ORG.). Uma nova agenda para a arquitetura – Antologia teórica 1965-1995. Cosac & Naify. São Paulo, 2006. Capítulo 9: Fenomenologia do Significado e do Lugar - O fenômeno do lugar (1976) Christian Norberg-Schulz.

NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius loci. Towards a Phenomenology of Architecture Publisher: Rizzoli, 1979.

PEREIRA, E.M. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores. [Artigo]. Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 49, p 103-121, jan./jun. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPLIS. Ante-projeto de lei do plano diretor desenvolvimento sustentável de Florianópolis. Disponível em:

<<http://portal.pmf.sc.gov.br>. Acesso 28 de maio de 2010>

RIZZO, Paulo Marcos Borges. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis (1950 a 1990). 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. O Planejamento Urbano no Contexto da Globalização : Caso do Plano Diretor do Campeche em Florianópolis, Santa Catarina / Paulo Marcos Borges Rizzo; orientador, Elson Manoel Pereira - Florianópolis, SC, 2013. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. Pensando o espaço do homem. São Paulo: HUCITEC, 1982.

SERRAGLIO, João. Trajetos, cultura e natureza no Sertão do Peri. TCC/Arq/ UFSC. Florianópolis, 2009-1.

SILVA, Armando. Imaginários Urbanos. São Paulo: Perspectiva, 2011. Coleção estudos; 173.

SOUZA, Jéssica Pinto de. O plano diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis [dissertação] /Jéssica Pinto de Souza ; orientadora, Maria Inês Sugai. – Florianópolis, SC, 2010. 133 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

_____. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª edição, 2004.

Souza, Jéssica Pinto de. O plano diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis. Dissertação. Florianópolis, 2010.

TABACOW, José Waldemar. Vegetação como indicador da fragmentação espaço-temporal da paisagem na ilha de Santa Catarina, SC. In: TERRA, Carlos G. (org.) Paisagens Culturais. Contrastes Sul-Americanos. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2008. p.81/108.

_____. Análise da Fragmentação da Paisagem na Ilha de Santa Catarina / SC: Uma Aproximação por Geoprocessamento. (Tese de Doutorado em Geografia), Rio de Janeiro: UFRJ/LAGEOP, 2002.

TARDIN, Raquel. Espaços livres: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7letras, 2008. 255p.

TIRELLI, Janice; BURGOS, Raul; BARBOSA, Tereza C. P (organizadores). O Campo de Peixes e os Senhores do Asfalto: memórias das lutas do Campeche. Florianópolis: Cidade Futura, 2007. 248p.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

_____. Artigo: Reflexões sobre o Plano Diretor de Florianópolis - Anteprojeto de Lei. Maio, 2010.

YUNES, Gilberto Sarkis. Tradição e Modernismo na Paisagem da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. XII SAL. Concepción: FAC / Universidad del Bío-Bío, 2007.

YUNES, Gilberto Sarkis ; FLORIANO, Cesar. Identificação e Estratégias de Preservação das Paisagens Culturais da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, FAU-UFGM, 2010.

YUNES, Gilberto. Sarkis ; CORBETTA, Raquel . Lugares e Percursos Museográficos na Paisagem da Ilha de Santa Catarina. In: Mestres e Conselheiros, 2011, Belo Horizonte. 3 . Fórum Mestres e Conselheiros. Municipalização do Patrimônio e Educação Patrimonial.. Belo Horizonte: UFGM, 2011.